

# Revista do Café



Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro

Ano 94 - Setembro 2015 - Nº 856



**Mais Concorrência  
à Vista**



CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO  
<http://www.cccrj.com.br>

## Exportações de Café pelos Portos do Rio de Janeiro

Período: 2011 a 2015

sacas 60 Kg / Containers

Utilize os portos do Rio, custos competitivos,  
rapidez e segurança

....todos os Continentes

....mais de 85 países

....mais de 20 armadores  
operando nos portos  
do Rio de Janeiro



(\*) Despachos  
Fonte: CECAFÉ

# Sumário



- 06 Mais concorrência à vista
- 10 Foco na sustentabilidade
- 16 O Levante da Catação – Celso Vegro
- 20 Museu do Café: vitral e mobiliário passam por restauro

10

- 24 O Impeachment por culpa grave – Ives Gandra
- 26 Direito ao Crédito nas compras junto às Cooperativas - Marco Antônio Milfont
- 30 CCCV realiza confraternização de Natal
- 34 Indústria pede revisão de Norma da Anvisa sobre Broca do café



30



- 36 OMC – Página Virada – Rubens Barbosa
- 38 Festa do Café
- 40 Empreendedor Rural – Xico Graziano
- 42 Fazenda Reforma

38

## 46 PANORAMA

54 **Eventos CeCafé**  
Formaturas do Produtor Informado

58 **Série Cafeterias do Mundo**  
Café de La Paix - Paris



53

## Revista do Café

### Coordenação

Alessandra Rodrigues de Almeida

### Reportagens

Carine Ferreira e Thais Fernandes

### Colaboradores

Celso Vegro, Delza Dias Ferreira, Ives Gandra, Leila Vilela Alegrio, Marco Antônio Milfont Magalhães, Rubens Barbosa e Xico Graziano

### Foto Capa

Roberto Vélez Vallejo, gerente geral da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia

### Crédito da Capa

Divulgação FNC

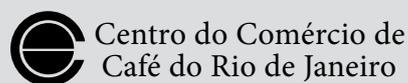
### Diagramação, Arte e Projeto Gráfico

Hands-on Editoração Eletrônica

### Impressão Gráfica

Grupo Smart Printer

<http://www.gruposmartprinter.com.br>



### Diretoria Biênio 2015/2017

Presidente Guilherme Braga Abreu Pires Filho

Diretor Tesoureiro: Batista Mancini

Diretor Secretário: Alexandre Todeschini Pires

Diretor de Patrimônio: Ruy Barreto Filho

Gerente Geral: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

### Conselho Administrativo

Warrant Exportadora e Importadora Ltda.

Unicafé Cia. Comércio Exterior

CSB Trading S/A Exp. E Importação

Armada Administração e Participação Ltda.

Agropecuária São Francisco de Paula Ltda.

GBP Assessoria Consultoria Empresarial Ltda.

Alexandre Todeschini Pires

Três Aranhas Com. Ind Ltda.

Stockler Comercial e Exportadora Ltda.

Antônio Augusto Cardoso Garcez

Halley Importadora e Exportadora Ltda.

Victor Augusto Jansen Verdades Garcez

## Sindicato do Comércio Atacadista de Café do Município do Rio de Janeiro

### Diretoria Quadriênio 2014/2018

Presidente: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Secretário: Batista Mancini

Tesoureiro: Ruy Barreto Filho

Diretor de Patrimônio: Alexandre Todeschini Pires

Rua Quitanda, 191- 8º andar- Centro- CEP: 20091-000

Rio de Janeiro - RJ- Brasil

Fone: (21) 2516-3399 / Fax: (21) 2253-4873

[riocafe@cccjr.com.br](mailto:riocafe@cccjr.com.br) / [www.cccjr.com.br](http://www.cccjr.com.br)

# 2015: ano das contradições



Apesar das previsões de safras negativas nos últimos dois anos, houve recorde nas exportações e aumento de consumo. Forte desvalorização cambial foi a maior responsável pela queda nos preços do arábica

4

O ano de 2015 foi muito difícil para o país e para o café. No cenário externo, o mercado foi caracterizado por queda das cotações das commodities em geral - no caso do café arábica, com perdas em torno de 30%. No ambiente interno, o ano foi marcado pelo pessimismo gerado pela situação econômica do país, numa combinação estonteante de inflação em alta, recessão, desemprego, contenção do crédito e encarecimento dos juros, desvalorização do real e volatilidade do câmbio. O panorama foi agravado, pelo segundo ano consecutivo - 2014 e 2015 -, por problemas climáticos que impactaram a produção causando, segundo os órgãos oficiais de estimativa de safras, supostos prejuízos sobre o volume das duas últimas safras, quebra do volume e do rendimento, afetando a qualidade do produto.

Contrariando o dito popular de que o que está ruim pode ficar ainda pior, alguns sinais animadores surgiram do lado do consumo do café; aqui, um pouco mais modestamente, e no exterior. Segundo a ABIC (Associação Brasileira da Indústria do Café), em 2014 o consumo brasileiro cresceu 1,24%, para 20,333 milhões de sacas e, no ano de 2015, mais 0,86%, totalizando 20,508 milhões de sacas, a despeito da recessão. No lado dos países importadores, a OIC e o USDA projetam um crescimento do consumo mundial em 2015 da ordem de 2,4%, registrando 149,5 milhões de sacas (ver nesta edição). A expansão do mercado é promissora para os países produtores.

Como corolário deste aumento do consumo, a exportação brasileira tem destaque. Os embarques brasileiros, que em 2014 alcançaram o recorde histórico de 36,422 milhões de sacas, marcam um novo recorde em 2015: 36,890 milhões de sacas, conferindo ao país

algo próximo de 33% das importações dos países consumidores. Esse desempenho resulta, indiscutivelmente, sem falsa modéstia, da combinação da competência do produtor brasileiro de produzir com qualidade e da eficiência comercial do setor exportador.

A avaliação desses resultados e a análise de alguns indicadores de preços e comparativos que são mostrados na tabela ao lado, e os seus significados, sugerem uma ampla reflexão. De pronto, emerge como uma condição fundamental a revisão dos procedimentos relacionados às previsões de safras. É inadmissível que após 289 anos de café no Brasil, de liderança incontestada na produção e na exportação, com a qualidade de nossos técnicos na área da tecnologia da produção, da pesquisa, na área do cooperativismo, comércio e indústria, com recursos disponíveis no Fundo do Café - FUNCAFÉ, não sejamos capazes de proporcionar previsões de safra com precisão e con-



## Indicadores de Comercialização

MERCADOS	02 a 08 de jan 2015		04 a 08 jan de 2016		VARIAÇÕES 2015/2016 - %	
	Preços Médios em \$	Cotações Real/US\$ - Média	Preços Médios	Cotações Real/US\$ - Média	Preços Médios	Cotações Real/US\$ - Média
<b>EXTERNO</b>						
Arabicas NY - 2ª Posição - US\$ cents/lp	173.87	2,6957	123.01	4,0306	-29,26	49,52
Conillon LTM - 2ª Posição - US\$ ton	1.935	2,6957	1.498	4,0306	-22,58	49,52
<b>INTERNO</b>						
Arabicas - ESALQ R\$/ sc. 60 k	469,14	2,6957	499,51	4,0306	6,47	49,52
Arabicas - ESALQ US\$/ sc. 60 k	174.03	2,6957	123.92	4,0306	-40,4	49,52
Conillon - ESALQ R\$/sc 60 k	276,15	2,6957	385,36	4,0306	39,54	49,52
Conillon - ESALQ US\$/sc 60 k	102.43	2,6957	95.60	4,0306	-7,14	49,52

Valores da média aritmética dos cinco primeiros dias de mercado de cada ano.

fiabilidade. É constrangedora a posição brasileira nos foros internacionais quando o tema é levantado. É preciso que as lideranças do agronegócio café se voltem para essa questão com urgência, quando nada por conta da realidade de que a safra a ser colhida a partir de abril próximo, sem dúvida, será o principal fator que influenciará os preços mundiais.

Também é importante analisar alguns números contidos na tabela ao lado para entender o seu significado, pois uma vez que, tudo indica, iremos conviver em boa parte de 2016 com um quadro de recessão, inflação alta, crédito contido e volatilidade cambial semelhante ao de 2015, seria interessante não repetirmos os mesmos erros. Ou seja, observar o comezinho princípio de que desvalorizações das moedas locais podem exercer pressões nas cotações internacionais se não forem acompanhadas de medidas de sustentação interna. Em 2015, como se verá, isso aconteceu no Brasil e em outros importantes produtores de café arábica. Os preços mundiais em moeda forte, que deveriam se manter estáveis em face dos fundamentos, sofreram pressões de baixa.

Vamos examinar inicialmente o que ocorreu com os preços externos dos cafés da variedade arábica. Tomando como base a média aritmética dos cinco primeiros dias de mercado de janeiro de 2015 do Contrato NY 2ª posição, 173 centavos de dólar, nota-se que um ano após, com os mesmos parâmetros, caíram para 123 centavos de dólar, ou seja, queda de 29,26% (neste

período a taxa US\$/R\$ evoluiu de 2,6957 para 4,0306 = 49,52%). Já no mercado interno, base ESALQ US\$, caíram de US\$ 174 por saca (2015) para US\$123 por saca = queda de 40,40%. Em resumo, enquanto o arábica NY teve uma queda de 29% em jan/15, em relação a jan/2016, o arábica brasileiro, base US\$, caiu 40%; ou seja, queda de 33% a mais em comparação ao mercado mundial.

Passemos à mesma simulação no mercado interno de arábica. Em janeiro de 2015, o preço ESALQ R\$ era de R\$ 469,14. Um ano após, em janeiro de 2016, era de R\$ 499,51, o que significa alta de 6,47%, para uma desvalorização do real de 49,52%. Em resumo, o preço ESALQ R\$ apropriou-se de 6,47% de uma desvalorização de 49,52%.

Antes de qualquer conclusão mais definitiva, vejamos e comparemos os indicadores do café conilon, tendo em conta os mesmos parâmetros. As cotações internacionais, Bolsa de Londres, mostram uma queda de 22%. Os preços internos, ESALQ US\$, caem de US\$ 102 para US\$ 95,60, ou seja, 7,14%. Isto é: enquanto os preços internacionais caíram 22%, internamente, base dólares, o conilon teve uma queda de 7,14%.

A mesma simulação no mercado interno para o conilon mostra que o preço interno ESALQ R\$, saiu de R\$ 276,15 para R\$ 385,36 em janeiro de 2016, alta de 39,54%, valor da desvalorização cambial apropriada ao preço.

A conclusão objetiva é que os preços internos do café arábica se

apropriaram de uma parcela reduzida da desvalorização cambial. E, subjetivamente, que a parcela não incorporada ao preço interno pressionou as cotações externas, contribuindo para as perdas observadas. No caso do conilon, a grande parcela da desvalorização cambial incorporou-se ao seu preço interno. Na hipótese de que o café arábica tivesse tido o mesmo desempenho da variedade conilon, o seu preço interno, em janeiro 2016, seria de R\$ 654,00 ao invés de R\$ 499,00.

A explicação para o desempenho diferenciado entre as duas variedades parece residir na circunstância de que o conillon apresenta uma demanda interna mais consistente, que lhe assegura uma sustentação de preços mais efetiva. Já o arábica parece exibir uma demanda interna menos consistente, a despeito de ter apresentado ao longo de 2015 um volume de exportações aquecido (pouco acima de 29 milhões de sacas). Acredito que a explicação pode estar no fato de que os recursos financeiros são alocados com caráter assistencialista a determinados setores, permanecem por vezes ociosos e não têm foco no objetivo principal de garantir liquidez ao mercado interno, para fomentar demandas adicionais, por exemplo, na elevação de estoques de trabalho.

Enfim, a importância do tema recomenda reflexões de todo o setor neste ano que se inicia. ☺

Guilherme Braga Abreu Pires Filho

é Presidente do CCCRJ e

Membro do Conselho Deliberativo do CECAFÉ



## Mais Concorrência à Vista

Carine Ferreira

**A** Colômbia, este grande *player* no mercado internacional de café e grande concorrente do Brasil no que se refere à exportação de café arábica, registrou patamar recorde de produção no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015: 13,8 milhões de sacas de 60 quilos, 13% a mais que no intervalo anterior (12,2 milhões de sacas). Nos últimos 12 meses, as exportações do país também cresceram 15%, na mesma comparação, e superaram os 12,5 milhões de sacas. Os dados são da Federação Nacional dos Cafeicultores (FNC). Porém, a entidade afirma que os atuais níveis de preços da *commodity* representam um desafio para os produtores devido aos maiores custos de produção, reflexo do aumento dos preços da mão de obra e dos fertilizantes.

O dirigente máximo dos produtores de café da Colômbia,

Roberto Vélez Vallejo, gerente geral da FNC, conversou com a Revista do Café em dezembro. Vallejo afirma que uma das metas da Colômbia é aumentar a produtividade e chegar a uma produção de 16 milhões de sacas. E um dos pleitos de sua gestão é a proposta de estabilização dos preços globais do café. “É impossível ter a verdadeira sustentabilidade quando os produtores não estão ganhando dinheiro”, diz. Ele quer abrir um diálogo com a indústria para criar um entendimento.

No cargo de gerente geral da federação desde agosto de 2015, o economista Roberto Vélez Vallejo já havia ocupado vários cargos relevantes dentro da FNC durante duas décadas, como Chefe da Divisão de Comercialização, Subdiretor Comercial, Diretor da Federação para Ásia, entre outros. Vallejo também atuou como Embaixador

da Colômbia na Malásia, nos Emirados Árabes Unidos e no Japão. Acompanhe a entrevista:

**REVISTA DO CAFÉ:** A produção de café aumentou na Colômbia em 2015, acima do esperado. O que motivou esta alta?

**ROBERTO VÉLEZ VALLEJO:** A produção durante 2015 ficou próxima de 14 milhões de sacas, acima do previsto no início do ano e acima de 2014. Isso foi em grande parte em função do fenômeno climático *El Niño*, que faz com que os cafeeiros cresçam mais do que o normal. Segundo, em função do programa de renovação da federação que foi feito nos últimos cinco anos, representando 500 mil hectares de café que estão produzindo agora. Então, a produção cresceu de 7,5 milhões de sacas seis anos atrás para 14 milhões no fim de 2015.

**RC:** A Colômbia também implementa um programa para aumentar a produtividade. Quais são as metas?

**RVV:** Tem havido um crescimento na produtividade na Colômbia nos últimos seis anos, de 11 sacas por hectare para 17 sacas por hectare. Mas este número é muito baixo comparado com outros países como o Brasil, que faz por volta de 30 sacas, e o Vietnã, 40 sacas por hectare, ou até em relação às plantações na Colômbia que são muito produtivas, de 25 a 30 sacas [por hectare]. Nós acreditamos que ainda temos muito por melhorar, principalmente entre os pequenos agricultores. Para tentar incrementar a produtividade, você coloca mais plantas por hectare ou planta novas árvores que vão dar mais frutos na mesma área. Isso é o que temos em mente. Uma das nossas metas é aumentar a produtividade. Inicialmente, nosso objetivo é aumentar o nível para 22 sacas por hectare. Mesmo assim, é muito tímido em relação ao que uma plantação boa pode produzir, que é de 30 a 40 sacas por hectare.

**RC:** O que representam os pequenos produtores na produção de café da Colômbia?

**RVV:** Mais de 90% da nossa produção é feita por pequenos agricultores, que têm menos de cinco hectares [de área].

**RC:** Quando esperam atingir essa meta de aumentar a produtividade média para 22 sacas por hectare?

**RVV:** Risos. É a meta que queremos alcançar, mas para isso precisamos trabalhar arduamente por, pelo menos, durante dois ou três anos seguidos. Estamos tentando fazer os ajustes tecnológicos em termos de número de cafeeiros por hectare, ou novas árvores cultivadas que permitirão atingir esses níveis como média do país. Mas isso novamente é só uma estimativa da nossa parte.

**RC:** A Colômbia também iniciou um programa para ajudar na fertilização dos cafezais?

**RVV:** Este é um programa para ajudar os produtores porque, como sabe, vamos enfrentar o fenômeno *El Niño*. O *El Niño* vai aparecer mais ou menos no fim de dezembro [2015] e início de janeiro. Este período seco, calculamos que vai até março a maio. E estamos ajudando nossos produtores a fertilizar antes de o fenômeno começar, quando o solo ainda está úmido, com alguma chuva ainda, para as plantas absorverem os nutrientes que vêm da fertilização. Nós estamos ajudando e tentando subsidiar uma pequena parte dos fertilizantes usados nas fazendas. Mas também convidamos os produtores a utilizar seu próprio dinheiro na adubação dos cafeeiros antes de o *El Niño* começar. Assim, as plantas estarão mais fortes para suportar os períodos sem chuva.

**RC:** De onde vêm os recursos para este programa e qual o montante que vai ser usado?

**RVV:** Nós colocamos dinheiro da nossa parte (federação), e outra vem do Ministério da Agricultura. Deve ser em torno de US\$ 10 milhões a US\$ 15 milhões.

**RC:** Quando começou este programa?

**RVV:** É recente, começou agora. Apenas para ajudar os produtores a enfrentar o *El Niño*. Vamos começar até o início de janeiro.

**RC:** Que outros trabalhos a federação vem fazendo?

**RVV:** A federação tem representantes na maior parte dos Estados produtores de café, cerca de 15. Esses comitês suportam os produtores. Nós providenciamos serviços públicos, pesquisa e desenvolvimento. E promoção do café colombiano. E também ajudamos governos locais a fazer alguns serviços públicos, como estradas, aque-

dutores, sistemas de esgoto nas áreas produtoras de café. E nós damos aos produtores o que chamamos de uma garantia de suporte de compra. Nós temos mais de 500 pontos de compra na Colômbia e os produtores têm a oportunidade, a chance de vender o café. E os preços são melhores do que os dos compradores privados. Estes pontos de compra estão sempre abertos. Nós pagamos à vista, pagamos o melhor preço possível que o mercado dá para os produtores. Esses são os principais serviços que a federação providencia.

**RC:** De onde vêm esses recursos?

**RVV:** A origem desses recursos vem dos impostos sobre as exportações do café. Para cada libra de café exportado na Colômbia, seis centavos [de dólar] vão para o fundo do café. Este fundo está nas mãos do governo e é remanejado pela federação. A federação decide o que fazer com esse dinheiro para ajudar os cafeicultores.

**RC:** Quais são as pesquisas que estão sendo conduzidas na Colômbia sobre o café?

**RVV:** Principalmente, pesquisa-se variedades de café resistentes a pragas, como a ferrugem. E todas as pesquisas querem levar aos produtores plantas mais competitivas e resistentes a doenças. Este é o principal foco da nossa pesquisa. Mas também focamos na análise de solo e da fertilização, e das ervas daninhas, água e outros campos. Mas a principal pesquisa está nas novas variedades.

**RC:** Como está a resistência à ferrugem nas lavouras de café da Colômbia?

**RVV:** Agora, 70% dos cafeeiros da Colômbia são resistentes à ferrugem, que vêm da pesquisa da federação.

**RC:** Também há pesquisas para encontrar novas variedades com aromas e sabores diferenciados?



**RVV:** Nós também fazemos pesquisa sobre a qualidade do café. Estamos procurando novas identidades no lado da qualidade. Atenção é prestada não só à planta em si, mas também ao fruto que é produzido, tamanho e qualidade.

**RC:** Já foi mencionado o programa de renovação dos cafezais no país, mas há perspectiva de aumento de área?

**RVV:** Por enquanto, queremos manter a mesma área. Nosso propósito não é aumentar a área de café, mas sim aumentar a produção.

**RC:** Qual é hoje a área cultivada com café?

**RVV:** Atualmente, é de 950 mil hectares.

**RC:** A federação recentemente tem discutido uma proposta de estabilizar os preços do café em nível mundial. O senhor pode explicar melhor essa ideia?

**RVV:** Eu fui convidado para um discurso na Costa Rica há cerca de um mês e meio. Lá, havia representantes de vários países produtores de café, especialmente da América Central e América do Sul: Honduras, México, Costa Rica, Guatemala, Peru e Colômbia. E nós discutimos os problemas dos produtores com o atual nível de preços. Preços em torno de US\$ 1,15, US\$ 1,20 [a libra-peso]. Em países como Brasil e Colômbia, os produtores têm estado em vantagem por causa da desvalorização do real e do peso. Mas países como Honduras, Costa Rica, El Salvador ou Guatemala, Peru, onde a desvalorização não ocorreu, este patamar de preços é muito baixo para sobreviver, para produzir café. Então, nossa ideia, o que discutimos é tirar vantagem de alguns fóruns internacionais para falar com a indústria e ter certeza de que eles saibam que esses níveis de preços para produzir café em nossos países é quase impossível. Assim, todo mundo fala

em sustentabilidade. Vamos aos Estados Unidos, Europa, Japão e todos os consumidores em todo lugar e governos falam sobre sustentabilidade. E nós sabemos que a sustentabilidade tem três pilares: meio ambiente, social e econômico. Do lado do meio ambiente, todo mundo está muito entusiasmado, então torrefadores e consumidores estão nos dizendo sim, nós temos que proteger as árvores, a água, a natureza, e sim, eles estão corretos. Do lado social, também se preocupam com as associações, famílias, educação, mas ninguém se preocupa com o lado econômico, com a renda dos produtores. É impossível ter a verdadeira sustentabilidade quando você tem os produtores que não estão ganhando dinheiro. Então, neste contexto, nós devemos falar com a indústria que está seriamente preocupada com a sustentabilidade. E dizer para eles por que não olhamos este programa de sustentabilidade econômica? E foi essa a iniciativa.

**RC:** Mas, na prática, o que foi feito?

**RVV:** Nós acordamos em nos reunir novamente. Queremos falar com representantes do Brasil. O real pode se valorizar e os produtores brasileiros poderão sofrer novamente. E o mesmo acontecerá na Colômbia. Nós temos que olhar bem para o futuro, não só para o mês seguinte. Nós tentaremos fazer com que a indústria nos entenda que a este nível [de preços] cultivando café, não há mais negócio.

**RC:** A indústria pagaria mais quando o preço do café estiver baixo?

**RVV:** Sim, a indústria, se está mesmo preocupada com a sustentabilidade, tem de levar em conta este nível [de preços]. Até um ano atrás, estavam pagando US\$ 1,80 a US\$ 2,00 [por libra-peso]. Estavam sobrevivendo, fazendo dinheiro

e nós entendemos que toda a cadeia produtiva tem que estar saudável economicamente para sobreviver. Nós estamos contentes que os consumidores estão comprando mais café e todos estão felizes. A indústria está fazendo dinheiro, competindo com outras bebidas, promovendo novas ideias, novos formatos. Estamos também felizes que os *traders* também estão ganhando dinheiro. Têm que ir ao Brasil, Colômbia, América Central negociar arduamente, levar o café para a Europa, EUA, Japão. Eles têm que fazer dinheiro para se manter no negócio. Mas os produtores também precisam lucrar para que toda a cadeia seja saudável e continue forte, olhando para o futuro.

**RC:** Já houve algum tipo de iniciativa nesse sentido no passado?

**RVV:** Não é fácil. Os torrefadores estão sempre preocupados com seus competidores. Se eles pagam US\$ 1,80, e seus competidores pagam US\$ 1,20, então vão nos deixar fora do jogo. É daí que surge o problema. Mas, de novo, esta é uma iniciativa e a minha proposta é apenas abrir um diálogo para criar um entendimento.

**RC:** Em 2015, a renda dos produtores da Colômbia foi boa?

**RVV:** Nós temos uma grande produção, mas isso não quer dizer que os produtores estão felizes. Este ano [2015], em função do fenômeno [climático] *El Niño*, tivemos muitas perdas no lado da qualidade. Porém, estamos a ter uma produção maior, mas as cerejas não estavam bem formadas pela falta de chuvas. Então, esse café não pôde ser exportado e não passou pelo sensor de qualidade. Assim, o produtor teve custos mais altos. Eu posso dizer que os produtores não estão perdendo dinheiro, mas também não estão ganhando.

**RC:** Quanto foi menor a exportação diante desse problema?

**RVV:** Fizemos um levantamento em outubro. Nós chegamos à conclusão de que houve cerca de 8% de aumento de defeitos [nos grãos] e cerca de 400 mil hectares foram afetados de uma maneira ou de outra pelo *El Niño*. Calculamos que cerca de 200 mil a 300 mil sacas foram perdidas.

**RC:** Quanto da produção da Colômbia é exportada?

**RVV:** Noventa e cinco por cento é exportada e 5% fica na Colômbia.

**RC:** Sobre o clima, nós sabemos que fenômenos como o *El Niño* vêm afetando a produção de café em vários países. Como os produtores estão enfrentando esse desafio?

**RVV:** Não é fácil. Não há muito a fazer. Não dá para fazer chover. A única coisa que se pode fazer é rezar a Deus. Nós temos que saber que isso faz parte do aquecimento global, que afeta a todos frequentemente.

**RC:** Mas existem pesquisas com variedades mais resistentes à seca?

**RVV:** Essa é uma maneira de começar a pesquisar para produzir plantas mais resistentes

à falta de chuva. Mas não é fácil. Atualmente, as plantas que já estão cultivadas, não há nada a fazer.

**RC:** Como o senhor vê o futuro da produção de café na Colômbia?

**RVV:** Nós queremos aumentar a produtividade, que vai acompanhando o aumento da produção. O volume final que vamos chegar será de 15 milhões ou 16 milhões de sacas. Mas isso é a nossa meta. Temos que manter o replantio dos cafezais, tirando árvores velhas e renovando novas áreas com novas variedades. É nosso dever como federação propor isso aos produtores. Uma boa meta para a Colômbia será chegar aos 16 milhões de sacas [de produção].

**RC:** Quanto a Colômbia investiu nesses programas nos últimos anos?

**RVV:** Eu poderia dizer que ficou por volta de US\$ 10 milhões a US\$ 20 milhões os investimentos dos produtores e da federação e alguma parte também suportada pelo governo para replantar cerca de 500 mil hectares.

**RC:** Como está a sustentabilidade na produção de café na Colômbia? Muitos produtores são certificados?

**RVV:** A nossa ideia agora é ter cerca de 45% da área produtora atual de café com alguma certificação, como a Rainforest Alliance, UTZ etc. Nós acabamos de lançar um programa que se chama “100/100”. A federação em 2027 chegará aos 100 anos. E nosso objetivo é alcançar até essa data 100% da área de plantação de café da Colômbia com certo grau de sustentabilidade. Assim temos 12 anos de trabalho árduo para certificar de certa maneira e dar um nível de sustentabilidade para todos os produtores na Colômbia.

**RC:** Algo mais a destacar do trabalho da federação?

**RVV:** Vamos ver o que acontece em 2016. Estamos ansiosos pelo novo ano, com os inconvenientes que vão surgir com o *El Niño*. Esperamos que não haja muitos danos. Mas nós sabemos que em 2016 teremos um encontro na Etiópia, em Adis Abeba, com representantes da Organização Internacional do Café. Nós podemos falar com os países africanos, assim como o Brasil, dessa iniciativa de nos juntar e falar com a indústria sobre as ideias de sustentabilidade. E depois veremos o que acontece no final do ano. ☺





# Foco na SUSTENTABILIDADE

10

*Carine Ferreira*

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé) tem o plano de chancelar as exportações dos associados da entidade como sustentáveis. Uma das metas é comunicar melhor ao mercado importador e consumidor a qualidade e a sustentabilidade do café brasileiro. Este é um dos principais focos de atuação da nova diretoria do CeCafé, eleita pelo Conselho da entidade e que tomou posse em outubro de 2015.

Nelson Carvalhaes sucede João Antonio Lian na presidência do Conselho Deliberativo. Luciana Florêncio de Almeida é a nova diretora geral, substituindo Guilherme Braga Abreu Pires Filho. Eduardo Heron assume como diretor-técnico e Flávia Barbosa Paulino da Costa, como vice-presidente do Conselho. O presidente do Conselho, Nelson Carvalhaes, é sócio-diretor da Porto Santos Comércio e Exportação, empresa desenvolvida pelo Escritório Carvalhaes, de Santos (SP), um negócio familiar. E também é sócio do Escritório Carvalhaes. Luciana Florêncio de Almeida é doutora em administração pela FEA/USP, com vasta experiência no agronegócio.

A Revista do Café nesta edição conversa com Nelson Carvalhaes, presidente do Conselho Deliberativo, e Luciana Florêncio de Almeida, diretora geral do CeCafé.

**REVISTA DO CAFÉ (RC):** Quais serão as principais linhas de atuação desta nova diretoria do CeCafé?

**NELSON CARVALHAES (NC):** Primeiro eu gostaria de enaltecer essa gestão do presidente [João Antonio] Lian com o diretor geral Guilherme Braga, que fizeram uma excelente gestão neste período de 13 anos e colocaram o CeCa-

fé com todo o respeito perante o mercado, tendo um foco de sustentabilidade também. Nós assumimos aqui o CeCafé e tivemos de fazer uma nova reorganização porque o nosso diretor geral, o Guilherme Braga, passou a ser consultor depois de muitos anos de trabalho. Criamos um time relativamente novo. A Luciana passou a ser a nova diretora geral,

o Eduardo [Heron] que já era técnico passou a diretor-técnico, com um “staff” conhecido dando continuidade aos trabalhos do CeCafé. Eu gostaria de falar, dentro do movimento difícil do país, que o agronegócio, de maneira geral, é um oásis dentro e muito importante para o país. E o café tem uma situação muito particular, apesar da crise existente e da im-

portância de ter o suporte do governo. Porém, o café vai muito bem, obrigado. Tudo indica que 2015 fecharemos igual ou possivelmente com uma exportação superior ao ano anterior, que já foi recorde histórico [36,4 milhões de sacas]. Portanto, poderíamos ter uma performance similar ou até superior, muito pouco acima do ano anterior. E que isso é motivo de muita satisfação para o comércio exportador, mostrando a eficiência do comércio. Nosso trabalho terá um foco muito forte, além da gestão em relação aos associados com suporte jurídico e outros relativos às informações necessárias aos associados, nós gostaríamos de dar um cunho muito forte, mais forte ainda, à sustentabilidade. O Brasil é um país que tem, em café, leis muito severas ambientais e sociais e que a produção de café, e juntamente com todos os segmentos de café, respeitamos fortemente. Nós vemos aí uma necessidade de divulgação aos mercados importadores dessa sustentabilidade existente no café brasileiro. Ou seja, que o CeCafé possa chancelar as exportações como sustentáveis. Elas já são na realidade.

**RC: De que forma isso poderia ser feito?**

NC: Isso poderia ser feito com ações junto à cadeia, aos fornecedores, produtores, cooperativas, associações que fazem parte dessa exportação, através de ações na área social e na área ambiental. Isso já vem sendo feito. Eu saliento que as leis ambientais e sociais são muito severas no Brasil. Eu desconheço que haja algum país produtor no mundo que tenha leis semelhantes. Se nós desenvolvermos um trabalho de divulgação e orien-

tação junto aos importadores e, internamente, sem dúvida, o CeCafé se mostrará a cada dia mais sustentável junto aos consumidores. O nosso desejo é que em breve, não pode ser a curto prazo, esse trabalho comece a ter reflexo para quem comprar café do Brasil. E se esse for membro do CeCafé, terá a chancela, não a certificação, a chancela de que é café sustentável, que está comprando de exportadores que têm uma consciência muito forte na área de sustentabilidade.

**RC: O senhor disse que não é certificação, mas uma chancela. Explique melhor...**

NC: Nós não gostaríamos de impor ao mercado uma certificação. Existem várias que fazem seu trabalho bem feito.

LUCIANA FLORENCIO DE ALMEIDA (LFA): Seria mais uma questão reputacional mesmo. No CeCafé você tem um aparato reputacional construído e que isso é reconhecido pelo mercado, por isso falamos em chancela. Se você falar em CeCafé, em exportadoras, você está falando em sustentabilidade.

NC: Por exemplo, quando você compra um produto geralmente desses mercados de países chamados desenvolvidos ou de primeiro mundo, você nunca se preocupa em saber se esse produto está certificado ou não porque já sabe que preservam a responsabilidade de quem opera, de quem trabalha. O consumidor tem uma posição confortável ao utilizar aquele produto. O Brasil, diante dessa estrutura toda existente social e ambiental, tem uma possibilidade muito grande de ter o reconhecimento do consumidor. Então, nossa ideia é que o



CeCafé faça um trabalho de comunicação forte, de informação, junto ao mercado importador e, conseqüentemente, junto ao mercado consumidor para saber realmente a origem, a rastreabilidade do que estão comprando: um produto livre de problemas sociais e ambientais. Então, dá uma certa tranquilidade para aqueles consumidores.

**RC: Acreditam que a sustentabilidade é a grande demanda atual do setor? Isso seria mais forte do que ter a produção certificada?**

NC: Cada um faz o seu papel. Respeitamos e achamos que eles [certificadoras] fazem um papel bem feito. Devem continuar a fazer seu trabalho. O mundo exige isso também. Mas o que queremos é o reconhecimento pela maturidade do mercado de café, pela maturidade dos exportadores junto aos consumidores. O mercado exportador é um mercado muito responsável. O Brasil tem uma credibilidade internacional em café forte, uma tradição. Eu acho que nós devemos, cada vez mais, divulgar, fazer marketing disso e

agregar valor, aproveitando essa questão da sustentabilidade que hoje tem forte importância ao consumidor final. Tem que começar na xícara, na ponta. É para aquele consumidor que tem que ter respeito para que ele reconheça toda a remuneração da cadeia do agronegócio do café.

**RC: Vocês têm em mente em quanto tempo isso seria possível? Ter todas as exportações pelos associados do CeCafé canceladas de sustentáveis?**

LFA: A gente vai trabalhar fortemente a nossa comunicação, a partir de abril a gente já vai estar bastante visível. A gente vai fazer uma mudança, uma modernização da logo [logomarca do CeCafé]. A gente vai alterar o nosso site. Nós vamos criar essa cancela, ela já existe, mas a gente vai modernizar. Até essas questões de logotipia, de aparência, elas vão ficar evidentes a partir de abril. E nesse site, a gente já vai começar trabalhar essa questão de imagem, do “Café do Brasil”, e tudo mais por meio de pequenos filmes e vídeos que a gente vai veicular nas redes sociais, no nosso site. São vídeos que contam a história do processo, da credibilidade do café brasileiro, para aquele consumidor que está lá fora conseguir enxergar claramente onde está o processo de sustentabilidade. A nossa ideia é apresentar números objetivos de como se constitui essa sustentabilidade. Não é “bla bla bla”. É tentar mostrar o que de fato ocorre.

NC: O que é uma realidade.

LFA: Não vamos inventar nada.

NC: Não vamos inventar história nenhuma. Ao contrário. É uma realidade que vamos aplicar à comunicação.

LFA: A nossa ideia é que nesses pequenos vídeos, a gente vai ter um dossiê de sustentabilidade da cadeia do café que a gente quer criar como se fosse uma cartilha. A gente entende que ainda existe uma assimetria informacional em relação ao mercado brasileiro de café. Ou seja, o mercado externo ainda não consegue ver tão claramente o que a gente faz em termos de sustentabilidade. Então, essa cartilha vai mostrar de forma objetiva como se dá isso. E a gente vai transformar isso em vídeos bem didáticos para chegar lá fora e no mercado interno. A gente pode garantir é que já vai ter aí, provavelmente no mês de abril, tenha isso pronto.

**RC: Mas em quantos anos todas as exportações poderiam estar canceladas?**

LFA: Gente e vontade a gente tem, mas agora é preciso alinhar com outros parceiros para fazer isso. Precisamos de mais gente para nos ajudar. Se em dois anos já tiver avançado bastante essa questão de imagem, é um prazo interessante.

NC: eu acredito que devido à organização do comércio exportador, é perfeitamente factível dois anos nós começarmos a ter bons reflexos disso. O trabalho que vamos fazer é, além de tentarmos passar todas as informações, queremos fazer essa comunicação ao exterior do que é feito aqui no Brasil. A partir do momento que o pessoal tenha a tranquilidade de que realmente o Brasil tem leis social e ambiental e que elas são severas, acho que o reflexo virá rapidamente. O CeCafé já desenvolve um trabalho muito importante junto ao mercado importador, mas que a comunicação sendo feita de uma maneira clara, com marketing desse trabalho que é feito, dando subsídios,

Nelson Carvalhaes



informações a todo esse mercado, não tenho dúvida de que o reconhecimento disso terá uma velocidade acima do que a gente espera.

RC: É um trabalho árduo...

NC: Isso tudo é um trabalho de médio e longo prazo. É um trabalho de grande comprometimento de toda a equipe do CeCafé. É um trabalho que nós vamos ter suporte dos associados que têm interesse comum. E nós vamos trabalhar com a realidade. O Brasil, eu volto a falar, é extremamente maduro e extremamente responsável nas exportações. Isso é o que vamos divulgar. Existem programas que vão ser adaptados. Até então, fizemos um programa muito interessante na ex-gestão, através do Guilherme Braga e junto com a equipe, que desenvolveram medidas de estímulos à “Certificação Digital”, que está sendo aplicada até agora e indo bem. Mas nós vamos agora para uma nova época, aproveitando essa estrutura de inclusão digital, laboratórios já existentes, para o incremento das ações de certificação, que já estão sendo realizadas no âmbito do Produtor Informado.

**RC: Então esse novo programa, o “Produtor Informado”, está dentro do “Certificação Digital”?**

NC: Nós vamos aproveitar a estrutura existente nas zonas rurais dos municípios. A finalidade é levar o produtor à sala de aula, tentando criar, dar informações que levem a esse produtor à cultura da Certificação para colaborar com o desenvolvimento de sua produção, com toda responsabilidade social e ambiental.

**RC: O programa “Certificação Digital” já atendeu a todos os seus objetivos? Era um programa de inclusão digital nas áreas rurais ...**

NC: A “Certificação Digital”, ela foi inserida nas escolas municipais das regiões produtoras num momento muito importante. Fez e faz um papel muito importante. Ainda tem [atuação]. Mas eu acho que agora chegou um momento de nós irmos para um outro degrau, que é aproveitarmos a estrutura e tentarmos criar uma orientação, informação ao produtor de uma maneira moderna, de uma maneira que os consumidores possam ter a tranquilidade de cada dia mais de consumir um café de boa qualidade e sustentável do Brasil.

**RC: Quantos produtores deverão ser atendidos inicialmente dentro deste programa?**

NC: É um projeto ambicioso, mas com absoluta determinação de realizar.

LFA: Nós temos uma meta de dois mil produtores, um mil por semestre. A gente está imaginando que vão ser 50 escolas que nós já estamos presentes com laboratórios digitais. Nós temos 135 salas digitais. A gente espera atingir 50. Por que 50? Porque a gente quer ter duas turmas de 10 alunos em cada uma dessas escolas. Se fizer a conta, chega nos mil por semestre. Esse é um trabalho que a gente está fazendo em parceria com o IDH [Iniciativa de Comércio Sustentável, em inglês], mas é um trabalho que a gente iniciou aqui dentro e está contando com o auxílio do IDH e também das empresas de assistência técnica, como Emater, Incaper, porque a nossa ideia é unir forças. A gente vai trazer técnicos des-



sas entidades para dentro da sala de aula. E o curso são 16 encontros. Em oito encontros, oferecemos curso de informática aplicada ao dia a dia do produtor de café. Ele vai aprender a mexer com planilha de Excel, fazer uma planilha de custos para a lavoura, aprender a fazer um recibo, acessar a Internet, mercado, pesquisa, tudo aplicado. As outras aulas serão dadas por técnicos, utilizando como base o currículo da sustentabilidade, que é uma iniciativa que inclusive foi amparada pelo IDH pelo “*Sustainable Coffee Program (SCP)*”. A gente vai dar aula de gestão da propriedade rural, de questões práticas do manejo de solo, de pragas, aula prática de EPI [equipamento de proteção individual], segurança no trabalho, trabalhar questões importantes com relação a manuseio do café e armazenamento, colheita e pós-colheita. Boas práticas agrícolas que a gente vai colocar aí. Importante ressaltar que é um técnico que está dando esta aula. Vai ser bem interessante, num período que é bom para o produtor, não vai atrapalhar o dia a dia dele. Essa é a nossa perspectiva. A gente vai dar uma cara bem prática

e aproximar cada vez mais os produtores que estão na área rural daquilo que é mais moderno.

NC: Trazer maior eficiência dentro do conceito de sustentabilidade. Esse trabalho todo é que nós contamos com todos os segmentos de café para que a gente possa desenvolver cada vez melhor. Porque cada vez que a gente leva o café para o exterior, o consumidor quer informações sobre a origem desse café, saber as condições em que foi produzido, as condições do produtor e por aí vai. Isso não é só por uma questão comercial. É uma questão de respeito à produção e ao consumidor. Também é uma questão de consciência de boas práticas.

LFA: Esse movimento de busca de informação pelo consumidor já é uma prática atual e essa geração do milênio é uma geração que nasceu nesse mundo da informação. São extremamente curiosos, buscam o significado das coisas, não querem tomar o café pelo café, querem entender um pouco mais e a gente precisa estar atento a isso. É entender que movimento o mercado vai tomar. A gente traz isso para o produtor, que está lá na ponta. Ele tem que estar sabendo que quem está tomando o café dele cada vez está mais preocupado com qualidade, com sustentabilidade.

NC: Nós estamos à beira de um novo mercado consumidor que está sendo criado no eixo Pacífico. Com a evolução do mercado asiático, não estamos falando do Japão, que já tem um mercado consolidado, mas mercados novos como China, Coreia do Sul, Indonésia, Índia e outros países. São países com grande potencial consumidor e que o Brasil, sem dúvida, pode acompanhar um papel maravilhoso junto a esses consumidores. Nós temos competência, organização. Nesses mercados novos, também podemos exportar com

uma consciência sustentável muito forte para esses novos consumidores. É um papel que a equipe toda do CeCafé e seus colaboradores estão empenhados em desenvolver. É um “*target*” desafiador, porém perfeitamente factível.

**RC: Algum projeto a destacar, além do “Produtor Informado”? O “Café Seguro” continua?**

LFA: Sim, ele vai ser incorporado ao “Produtor Informado”, porque esse programa contempla não só as aulas dentro de sala de aula, mas também são dois dias de campo a cada turma. A gente volta ao que era feito no “Café Seguro”.

NC: A exportação envolve uma cadeia muito interessante. Do porto à produção, veja o quanto de gente que está envolvida, quantas áreas que estão envolvidas: logística, armazenagem, equipamentos, máquinas, a questão fitossanitária, tem todo um processo que vai até à produção, que é muito grande. Tudo isso é uma cadeia extremamente organizada e desenvolvida pelo segmento exportador e que dá muita tranquilidade no processo que entrega ao consumidor final.

**RC: Como enxergam diante da crise econômica e política do Brasil o setor do café em 2016? O café vai ficar alheio a essa crise?**

NC: Primeiro, é um cenário novo, apesar de ter tido outras crises nos anos 80, 70, mas digamos que desde 1994, início do Plano Real, nós vimos um crescimento no consumo, e o Brasil passou por duas fases interessantes nesses 20 e poucos anos: primeiro, foi a reestruturação de todo o processo que nós sempre, apesar de termos uma liderança, tivemos o aumento da produtividade, depois a melhora da qualidade. Nos anos 90, nós

Luciana Florêncio



aumentamos a produtividade e depois um incremento na qualidade. O Brasil é muito competente em café. Não é à toa que somos líderes na produção e exportação. Agora, 2016, é um cenário de dificuldades econômicas. Nós acreditamos que, no café, as coisas irão funcionar regularmente. Nós teremos uma boa exportação. Além de termos uma safra boa em 2016, o câmbio também irá ajudar as exportações brasileiras. Eu acredito que 2016 será um ano bom para a gente, para o Brasil, em café. Talvez, será um oásis até dentro da economia. Mas tudo indica que o agronegócio brasileiro andar bem de uma maneira geral, e o café, principalmente, terá um bom desempenho. Como é uma situação nova, não temos como saber como vai ser o consumo interno. Eu acredito, a exemplo, das crises fortes nos Estados Unidos em 2008 e na Comunidade Europeia em 2010, em que o consumo não cedeu. O café não irá ceder o consumo, pois é uma bebida muito boa e faz parte da tradição, da cultura brasileira. O nosso produto, sem dúvida, é de boa qualidade. Isso fará com que haja a manutenção do consumo interno, acredito.

**RC: Alguns países fizeram muito marketing sobre a qualidade de seus cafés. Já em relação ao Brasil, muitos mercados desconhecem o que temos aqui ...**

NC: O que as pessoas precisam compreender é que não existe um único café do Brasil. O Brasil é exportador de arábica e de robusta. Depois, dentro do arábica, você possui vários Estados produtores com várias características diferentes, que fazem do Brasil o único país do mundo que você possa fazer um *blend* diferenciado e que possa atender aos mais exigentes consumidores.

LFA: A gente já exporta 25% de cafés diferenciados. Então, o Brasil não é novo neste mercado. Nós temos uma demanda muito grande de países onde o consumo é mais estabelecido, como a Europa, Japão, onde eles sabem que nosso café é de qualidade. E vêm buscar esse café. Agora, é preciso reforçar isso nos países compradores. Quem não é visto não é lembrado. A gente precisa estar mais presente, deixando claro a diversidade que a gente tem, o quanto o café brasileiro é sustentável. Não vamos criar nada, o que está faltando é divulgar.

NC: Nós temos essa diversidade fantástica. Nós temos vários países dentro de um único país produtor. Somos excelentes produtores, com diversas qualidades dentro do arábica e do conilon. Nós temos uma indústria montada de torrefação, temos um grande mercado consumidor e um grande mercado exportador. É um mercado que pode atender todos.

**RC LFA: Como está vendendo esse desafio da nova gestão do CeCafé?**

LFA: É um dos mais prazerosos da minha vida. Estou com gente maravilhosa ao meu lado. Além do que café é algo que tenho dez anos de experiência. Já trabalhei bastante na formação de produtores. Está sendo extremamente gratificante. Como gosto de novidades, é um prato cheio [risos]. A gente está desenhando todo um planejamento estratégico do CeCafé. A ideia é que a gente tenha quatro pilares estratégicos que a nossa gestão vai se basear. O primeiro é a estratégia de cooperação. Então, a gente vai trabalhar sempre com a visão de futuro, sempre sendo proativo, antecipando-se às oportunidades e, mesmo, aos riscos. Sempre tendo uma leitura do futuro. Para fazer isso, a gente precisa de cooperação. A gente conta com o apoio dos as-

sociados e de outras entidades do café e do agronegócio de modo geral. Para nós a palavra competição não existe, é cooperação. Um segundo pilar que já existe é o banco de dados que a gente quer cada vez mais utilizar, ampliar, e trabalhar outros relatórios não só de estatística, mas dando mais inteligência a esses dados que a gente tem acesso. Fazemos isso aos pouquinhos, mudando um pouco a cara do nosso relatório. Hoje temos uma reputação muito boa do ponto de vista de provedor de informação do setor exportador e a gente espera melhorar ainda mais. O terceiro pilar é o pilar da responsabilidade social e sustentabilidade. A gente está mais próximo com ações de responsabilidade social, principalmente lá na ponta da produção. A gente tem várias ideias que vão além do “Produtor Informado”, quer fazer outras coisas, atingir os jovens que estão nas lavouras, atingir as lideranças, temos outros focos para fazer ao longo dos anos. A sustentabilidade é bem isso que o Nelson falou, essa dinâmica de compilar os dados de sustentabilidade na cadeia do agro e mostrar isso. O jurídico é fortalecer mais esta área, com visão mais proativa, mais estratégica de atuação junto ao governo, trabalhando tanto políticas públicas quanto estratégias privadas, que são de suma importância para nossos associados. Esses quatro pilares a gente vai trabalhar dentro de um conceito de planejamento estratégico, sempre buscando diálogo com associados. Temos quatro comitês internos aqui. Nosso código de conduta está no site. Então, temos o CeCafé sendo guardião das práticas éticas. ☺





# O Levante da Catação

**T** aunay na “Pequena História do Café no Brasil”<sup>1</sup>, registra que o primeiro embarque de café realizado em 1616, pela Companhia das Índias Orientais, com destino à Holanda, proveio da região denominada à época de Levante, ou Grande Síria, território que englobava o atual País mais a Jordânia, Israel e a Palestina. Curiosamente, o Levante voltou ao momento histórico atual, em razão de se assemelhar ao território reivindicado pelo Estado Islâmico para a constituição de seu pretense califado.

Se por um lado a conexão entre o Levante e o comércio de café possa ser historicamente estabelecido, a deficiência do levante (amento), no caso estatístico, da safra de café brasileira, por outro, teima em perdurar. Por dois anos consecutivos, 2014 e 2015, o Brasil embarcou rumo ao exterior quantidades recordes de café que quando acrescentadas ao consumo interno (estimativa de entidade privada provavelmente alavancada<sup>2</sup>) e a estimativa pública dos estoques de passagem (também bastante imprecisa), produz inconsis-

tência abissal frente a estimativa de produção.

O cadastro de estabelecimentos rurais, empregado no processo de amostragem estatística para a elaboração de estimativa da produção, provem do Censo Agropecuário de 2006. Após dez anos essa base defasou, amplificando desvios em qualquer tentativa metodologicamente consistente de constituição de amostra representativa dessa população<sup>3</sup>. Lamentavelmente, com o derretimento fiscal do Estado, a esperança de que um novo recenseamento seja brevemente conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é nula.

Para além dessa deficiência de dados estatísticos, outro aspecto que poderia oferecer ajustamento mais preciso para a safra brasileira de café seria a contabilização da chamada catação. Com o avanço tecnológico/agronômico dos últimos 25 anos, lavouras em segunda metade da fase de formação (18 a 30 meses após o plantio) exibem catações em quantidades que, por vezes, superam a média de lavouras em fase de produção, especialmente quan-

do irrigadas. Tal constatação é mais efetiva para o conilon do que para o arábica, tendo em vista o salto de produtividade obtido a partir dos sistemas de produção com emprego das variedades clonais.

Esforço em calcular subjetivamente a quantidade oriunda da catação foi conduzido a partir dos dados finais da previsão de safra 2015/16 da CONAB<sup>4</sup>. Pelo relatório apresentado havia no País 324.205 ha de lavouras em formação, repartidos entre 287.109 de arábica e 37.096 de conilon.

Considerando como primeiro critério<sup>5</sup> que 40% dessa área encontra-se na etapa mais adiantada da formação, ou seja, entre 18 a 30 meses do plantio, pode-se extrair área provável ocupada por lavouras nesse perfil. Ademais, como segundo critério, pode-se imputar, tanto para arábica quanto para conilon, percentuais para o manejo agrônomo da irrigação. Adotados esses critérios, obteve-se que a área em formação das lavouras entre 18 a 30 meses cultivadas sob sequeiro somariam área de 98.721ha sendo outros 30.960ha cultivados sob irrigação (Tabela 1).

**TABELA 1 – Estimativa de área em formação, lavouras entre 18 e 30 meses, arábica e conilon, Brasil, 2015**

Item	Em formação	Lavouras (18 a 30 meses) 40% da área	Manejo agrônômico <sup>6</sup>	
			Sequeiro	Irrigado
Arábica (BR)	287.109	114.843	Sequeiro 85%	Irrigado 15%
			97.616	17.226
Conilon (ES+BA)	30.192	12.077	Sequeiro 0%	Irrigado 100%
			-,-	12.077
Conilon (RO)	6.904	2.762	Sequeiro 40%	Irrigado 60%
			1.105	1.657

Fonte: Previsão e estimativa de safra cafeeira, 4º Levantamento, CONAB 2015.

Para o caso do conilon entendeu-se apropriado segmentar essa lavoura em dois grupos. O primeiro, mais tecnologicamente avançado, estabelecido no norte capixaba e sul da Bahia e o segundo, relativamente menos evoluído, na Amazônia rondoniense.

Ademais, adotou-se menor cobertura para a irrigação para o cinturão rondoniense em razão do clima tipicamente amazônico com grande incidência de precipitações bem distribuídas ao longo do ano.

De posse das estimativas de área e de manejo, partiu-se

para a simulação de produção a partir de dois cenários para a produtividade: A (pessimista) e B (otimista), mantendo o critério de manejo agrônômico de condução sob sequeiro ou irrigado (Tabela 2).

Pelas estimativas obtidas a catação das lavouras entre 18 a

**TABELA 2 – Estimativa subjetiva de catação, lavouras entre 18 e 30 meses, arábica e conilon, Brasil, 2015**

Item	Produtividade: lavouras entre 18 a 30 meses			
	Sequeiro (cenário A e B – sc/ha)		Irrigado (cenário A e B – sc/ha)	
Arábica (BR)	A: 10	B: 20	A: 30	B: 40
	976.160 sc	1.952.320 sc	516.780 sc	689.040 sc
Conilon (ES+BA)	-,-	-,-	A: 45	B: 65
	-,-	-,-	543.465 sc	785.005 sc
Conilon (RO)	A: 10	B: 15	A: 15	B: 30
	11.050 sc	16.575 sc	24.855 sc	49.710 sc

Fonte: Elaborada a partir de estimativa de área e subjetiva de produtividade.

30 meses em arábica sequeiro podem oscilar entre 976 mil e 1,95 milhão de sacas de café beneficiado apenas para a safra 2015/16. Para a mesma variedade, porém sob manejo irrigado, a catação alcançaria entre 517 e 689 mil sacas. Totalizando a catação obtida em

arábica e conilon sob o manejo de sequeiro e irrigado, seriam acrescentados à produção 2,07 milhões sacas no cenário pessimista (A). Por sua vez, no cenário otimista (B), a catação de lavouras em sequeiro e irrigadas poderia render até 3,49 milhões de sacas (Tabela 3).

Provavelmente, a produção real oriunda da catação em 2015/16 deve situar-se entre os dois números estimados. A previsão efetuada concentrou-se na última safra apenas, que casualmente foi a que maior área em formação exibiu na atual década. Portanto, para

**TABELA 3 – Incremento da produção a partir da estimativa subjetiva da catação, lavouras entre 18 e 30 meses, arábica e conilon, Brasil, 2015**

em sacas					
Item	Sequeiro		Irrigado		Total
Hipótese A	987.210	--	1.085.100	--	2.072.310
Hipótese B	--	1.968.895	--	1.523.755	3.492.650

Fonte: Elaborada a partir de estimativa de área e subjetiva de produtividade.

as safras passadas o intervalo entre os cenários deve posicionar-se em patamares inferiores ao obtido nessa simulação.

O avanço tecnológico observado no manejo agrônomo das lavouras de café exige que se reveja o modo como se

constroem as estimativas de produção. Desprezar a quantidade colhida oriunda da catação obtida em lavouras em fase adiantada da formação, aparentemente, consiste em falha que pode ser corrigida a partir da agregação de mais

uma pergunta na enquete aos cafeicultores ou, alternativamente, passar-se a considerar lavouras comerciais todas aquelas com mais de 18 meses de plantio agregando à produção comercial aquela oriunda da catação. 

<sup>1</sup> TAUNAY, Affonso de E. Pequena História do Café no Brasil (1727-1940). Instituto Brasileiro do Café, 1943. 480p.

<sup>2</sup> Ao menos a estimativa de consumo nas propriedades produtoras de café avaliada, pela entidade que a produz, em um milhão de sacas, pode conter entre 600 a 800 mil sacas de sobrestimativa, conforme já se averiguou a partir de recenseamento realizado para o caso paulista.

<sup>3</sup> A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) iniciou, em 2015, projeto de georreferenciamento da cafeicultura estadual. Convém salientar que o ajuste da área que será obtido pela técnica carece ainda de visitas de campo para mensuração da produtividade. Detalhes em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Cafe/noticia/2015/06/mg-investira-r-5-mi-em-georreferenciamento-de-parque-cafeeiro.html> > Acesso em 04/01/2016.

<sup>4</sup> Relatório disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15\\_12\\_17\\_09\\_02\\_47\\_boletim\\_café\\_dezembro\\_2015\\_2.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_02_47_boletim_café_dezembro_2015_2.pdf) > Acesso em 04/01/2016.

<sup>5</sup> Todo critério é arbitrário, portanto, passível de contestação a partir de perspectivas alternativas. Como enfatizado, trata-se de esforço subjetivo com intuito de aprimoramento da estatística de produção.

<sup>6</sup> O objetivo em estratificar a elaboração da estimativa, orientou-se no sentido de produzir aproximações mais reais, embora a subjetividade do método permaneça como principal limitação.

**Celso Luis Rodrigues Vegro**, é Eng. Agr., M.S., Pesquisador Científico do IEA  
celvegro@iea.sp.gov.br

**Eduardo Heron Santos**, é Cientista da Computação, Diretor Técnico do CECAFE  
eduardo@cecafe.com.br

# OIC promove a 4ª Conferência Mundial do Café



Robério Silva

rência mundial, despertando a atenção para uma nova realidade que se descortinava, traduzida na desmistificação de efeitos negativos sobre o consumo do café. Do Brasil, presença do Ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes,

A 2ª Conferência Mundial do Café transcorreu em Salvador, Bahia, de 23 a 25 de setembro de 2005, sob a presidência do Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura do Brasil e coordenação executiva de Linneu Costa Lima. Estiveram presentes cerca de 1.200 cafeicultores e representantes de governos nacionais, do setor privado e de agências internacionais. Quase metade dos delegados procedia de 65 outros países. A Conferência foi aberta pelo Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na presença do Presidente da Colômbia, Sr. Álvaro Uribe, do Governador da Bahia e do Diretor-Executivo da OIC. O principal tema foi “Lições que surgem da crise: Novos caminhos para o setor cafeeiro”. Mais de 20 oradores de alto nível falaram

de uma gama de tópicos, cobrindo temas que se iam das políticas cafeeiras numa economia de mercado aos meios para desenvolver a sustentabilidade da economia do café. A Revista do Café cobriu o evento (foto).

A 3ª Conferência Mundial do Café realizou-se na Guatemala no período de 26 a 28 de fevereiro de 2010. Sob a presidência do Presidente da Guatemala, S. Exa. o Sr. Álvaro Colom Caballeros, ela reuniu mais de 1.400 cafeicultores e representantes de governos, do setor privado e de agências internacionais dos 76 países Membros da OIC. A Conferência foi inaugurada pelo Presidente da Guatemala, com a participação do Presidente de Honduras, S. Exa. o Sr. Porfirio Lobo. O Presidente de El Salvador, S. Exa. o Sr. Carlos Mauricio Funes, participou da cerimônia de encerramento. Também presentes na cerimônia inaugural estavam o Secretário Geral da UNCTAD, o Diretor Gerente do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), o Presidente da Anacafé, o Diretor-Executivo da OIC, o Presidente do Conselho Internacional do Café e Ministros da Agricultura de países Membros da OIC. O principal tema foi “Café para o futuro: rumo a um setor cafeeiro sustentável”, e mais de 30 oradores de alto nível falaram sobre questões que cobriram desde mudanças e tendências da oferta e demanda mundiais até a sustentabilidade ambiental e social.



Roberto Rodrigues



# Museu do Café: vitral e mobiliário passam por restauro

O Museu do Café, situado no edifício da antiga Bolsa Oficial de Café, realizará entre dezembro de 2015 e julho de 2016 o restauro de dois grandes exemplares do seu acervo: o vitral A Epopéia dos Bandeirantes e o conjunto mobiliário do Salão do Pregão, tombados pelo IPHAN. O recurso é proveniente de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta capitaneado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo Daury de Paula Júnior, com atuação reconhecida na Baixada Santista e que acompanha com assiduidade as ações do Museu do Café. Assim, graças ao reconhecimento da qualidade do trabalho da instituição e a garantia de boa aplicação dos recursos, foi assinado entre o Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), Ministério Público do Estado de São Paulo e a Ecoporto um TCAC para aporte financeiro nas atividades citadas.



Daury de Paula Júnior, 16º Promotor de Justiça de Meio Ambiente de Santos, Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Paulo Alexandre Barbosa, Prefeito de Santos, Eduardo Carvalhaes Júnior, presidente do comitê executivo do INCI, Marcelo Mattos Araújo, Secretário de Estado da Cultura e Vitor Hugo Mori, Arquiteto IPHAN.

O trabalho de restauro busca resgatar os aspectos originais de cada obra como suas cores e tonalidades. É esse processo, aliado à pesquisa, que identifica se a obra sofreu alterações comprometedoras resultantes da ação do tempo ou de intervenções mal sucedidas.

Além disso, o restauro estabelece diretrizes para a conservação, indicando técnicas de higienização, armazenamento, manuseio, exposição, etc.

O vitral e o cadeiral do pregão já receberam tratamento no ano de 1998, quando o palácio como um todo passou por seu primeiro processo de recuperação; entretanto, intervenções inadequadas em ambos forçaram novas pesquisas para compreender os danos e alterações significativas feitas no projeto original.

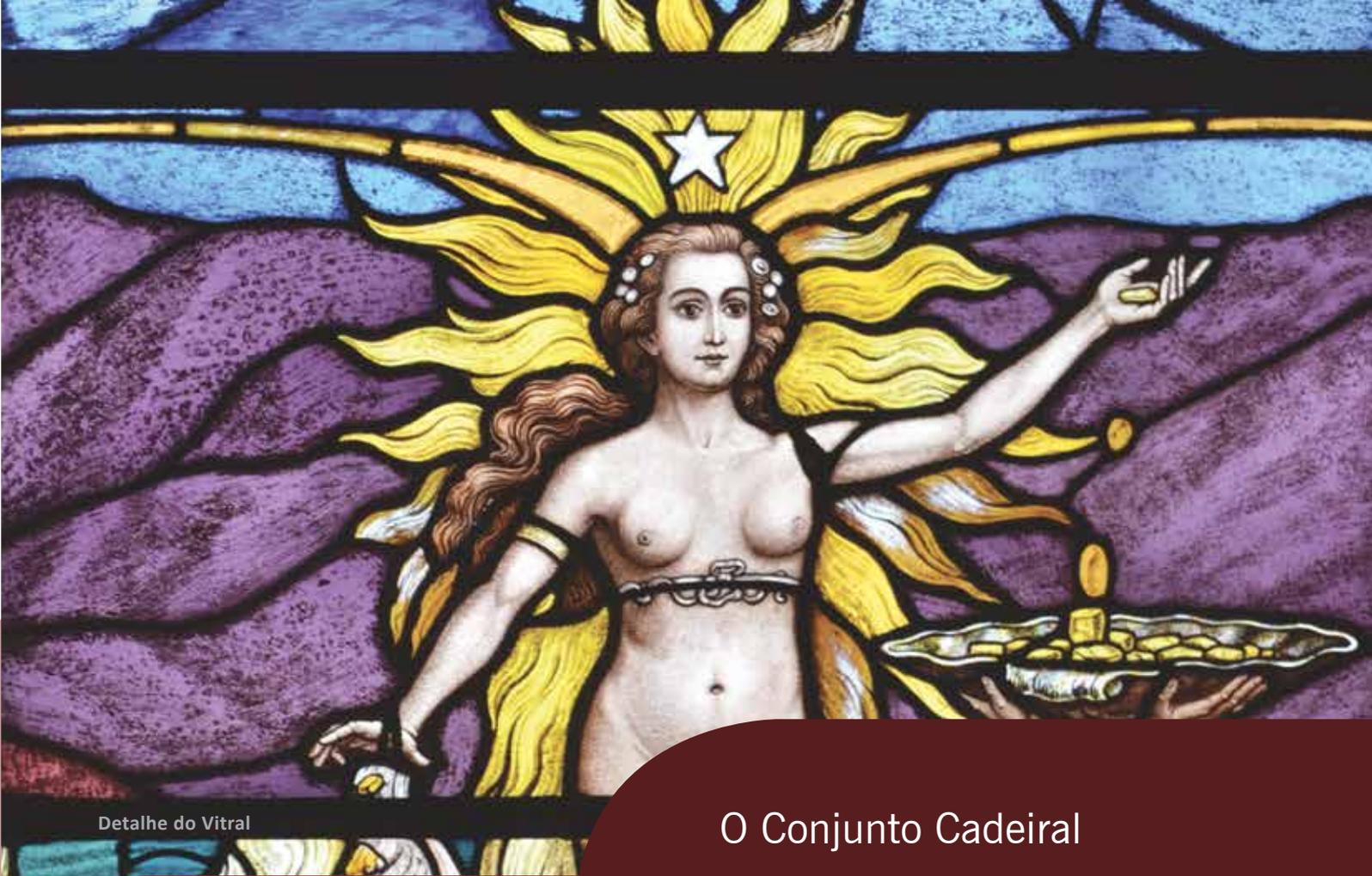
A conservação e restauro destas obras são imprescindíveis para mantermos ações que elevem o conhecimento sobre o patrimônio, enriquecendo e fortalecendo os processos formadores de cidadania, identidade e pertencimento.

## Promotor Daury de Paula Júnior

21



Daury de Paula Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, destaca que o custeio de serviços para a conservação do acervo agregado da Bolsa Oficial de Café, especialmente o restauro do mobiliário do Salão do Pregão e do vitral do pintor e historiador Benedito Calixto, como medida compensatória dos impactos decorrentes das ampliação do Terminal Ecoporto, se justifica pela íntima relação que o porto de Santos tem com o café e com o prédio da Bolsa Oficial do Café e vice-versa. “O porto de Santos teve sua origem vinculada ao comércio do café e ainda hoje é o maior porto exportador do produto. O prédio da Bolsa Oficial do Café, por outro lado, sintetiza, no conjunto de bens que representa o patrimônio cultural do ciclo do café, a relação do café com o exterior. Mais do que isso, entretanto, tanto a construção do porto, por meio de uma série de retificações e aterros que ganharam espaços junto ao mar, do século XIX até os dias atuais, como a construção do prédio da Bolsa Oficial do Café moldaram e transformaram o espaço físico onde estão inseridos conferindo-lhe um perfil único e indissociável, ou seja, criando a paisagem cultural do que hoje conhecemos como o bairro do Valongo. Assim, nada mais natural que eventuais modificações desta paisagem em decorrência de novos empreendimentos resultem, como medida compensatória, na conservação dos bens que referenciam os empreendimentos do passado que a compõem, garantindo a transmissão dessa herança cultural às presentes e futuras gerações”.



Detalhe do Vitral

22

## O vitral

Durante a construção do prédio, em 1921, a Companhia Construtora de Santos contratou o artista Benedicto Calixto (1853-1927) para a elaboração do esboço do vitral e a Casa Conrado, famoso ateliê paulista, para sua confecção.

A ideia era fazer um vitral tipicamente brasileiro, com as cores, a luminosidade e a temática do Brasil. O vitral está dividido em três cenas: ao centro “A visão do Anhanguera: a Mãe d’Ouro e as Mães d’Água”, à esquerda “A Lavoura e Abundância” e à direita “A Indústria e o Comércio”, que compõe representações do artista acerca de três momentos da História do Brasil sob a ótica paulista.

No atual processo do restauro foram retirados os módulos dos vitrais assentados nos caixilhos ligados por perfis de chumbo, que dão forma ao vitral. Depois foram retirados os vidros de proteção, assentados abaixo dos módulos e sob o caixilho. Todo esse material foi embalado em materiais neutros e acondicionado em caixas especiais para transporte.

Já no ateliê os restauradores trocarão todos os perfis de chumbo e farão a limpeza de cada peça de vidro. As peças que foram danificadas ou que possuem erros de intervenções anteriores serão restauradas ou trocadas.

## O Conjunto Cadeiral

O mobiliário do salão do pregão onde ocorriam as sessões de negociações - Composto por 81 cadeiras em imbuíva sob um estrado em jacarandá, em estilo *Art Nouveau* foi confeccionado pela empresa A Residência (Móveis Blumenschein & comp.) em 1922. A disposição do mobiliário do pregão representava a hierarquia da antiga Bolsa: a mesa diretora com o presidente ao centro, secretários ao lado e corretores ao redor.

O restauro do mobiliário exigiu ampla pesquisa histórica para identificar as intervenções inadequadas que a descaracterizaram. Por meio de fotografias da década de 1950 foi possível estabelecer comparações entre a situação atual e o aspecto original. Todos os módulos foram embalados com materiais neutros e receberão o tratamento adequado dos especialistas.

O restauro especializado do cadeiral do salão do pregão e do vitral, certamente, representa um marco na recuperação do patrimônio do café e um reconhecimento aos esforços da gestão do INCI/Museu do Café na preservação desta história. A possibilidade ímpar de capitanear tal processo com apoio do Ministério Público e compartilhá-lo com o público corresponde ao maior objetivo da instituição: preservar, junto às próximas gerações, a contribuição fundamental de hoje e de ontem do café no desenvolvimento do país e sua relação com o mundo. ☺



Retirada do Cadeiral

Fernando Rocha Aguiar é formado em História e Analista de Museologia do Museu do Café.



## Museu do Café inaugura exposição sobre a história das sacarias de juta

As sacas são um dos principais meios de armazenamento e transporte de café e têm muito a contar sobre a história do comércio cafeeiro ao longo dos anos. O Museu do Café inaugurou em dezembro a nova exposição temporária “Trama: a indústria da sacaria”. A curadoria apresenta a indústria das sacarias e sua história, bem como o processo técnico para transformação da juta e seu impacto no mercado atual e retrata a histórica relação entre a juta, que é a matéria-prima das sacas, com o café. O período abordado nos três módulos compreende o final do século XVIII até os dias atuais. E para ilustrar isso, a área expositiva foi dividida em eixos que retratam desde a história da juta no Brasil e no mundo, passando pelo processo de produção e industrialização das sacas, e chegando ao mercado e sustentabilidade.

O primeiro módulo da exposição apresenta o início da comercialização em grande escala e industrialização da juta no final século 18, formando núcleos de tecelagem importantes na cidade de Dundee (Escócia) e Calcutá (Índia). Aqui também é explicado como se deu o surgimento das indústrias de juta no Brasil e o início da plantação da juta e malva na região amazônica. Esse percurso é composto de textos, imagens, um vídeo e objetos utilizados na indústria, provenientes do acervo do instituto *Dundee Heritage Trust* (Escócia), imagens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e uma máquina de costura do acervo do Museu do Café. Na sequência, é abordado o tema da planta à saca, relatando o processo de produção e industrialização que transforma as fibras das plantas de juta e malva em fios e depois em sacaria. Para ilustrar ao público, a curadoria apresenta amostras de jutas em diferentes etapas de processamento, cedidas pela Companhia Têxtil Castanhal, além de textos e imagens.

No último módulo da exposição, o público conhece mais sobre o mercado da sacaria de juta após a introdução das fibras sintéticas e transformações na logística, ressaltando também a importância do conceito de sustentabilidade em que a produção e industrialização da juta está inserida por meio de textos, imagens e produtos feitos a partir de juta da Companhia Têxtil Castanhal.





## O *impeachment* por culpa grave

Está em pleno andamento a discussão sobre o *impeachment* da presidente no Congresso Nacional, com o governo contratando juristas e liberando verbas para deputados que o apoiam. Creio que o governo objetiva, exclusivamente, manter-se no poder, pouco importando não ter credibilidade popular para qualquer iniciativa e ter gerado a pior crise econômica e política da história nacional. Por essa razão, volto a relembrar os fundamentos jurídicos de meu parecer de janeiro de 2015 sobre o *impeachment*. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em dois acórdãos (RE n.º 816.193-MG e AgRg no Agravo de Instrumento n.º 1.375.364-MG), decidiu que a culpa grave pode caracterizar improbidade administrativa. No primeiro, de relatoria do ministro Castro Meira, lê-se que: “Doutrina e jurisprudência pátrias afirmam que os tipos previstos no art. 10 e incisos (improbidade por lesão ao erário público) preveem a realização de ato de improbidade administrativa por ação

ou omissão, dolosa ou culposa. Portanto, há previsão expressa da modalidade culposa no referido dispositivo”. E, no segundo, de relatoria do ministro Humberto Martins, há a afirmação de que: “A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que o ato de improbidade administrativa não exige a ocorrência de enriquecimento ilícito, sendo a forma culposa apta a configurá-lo”. Desta forma, a culpa configura ato contra a probidade da administração (omissão, imperícia, imprudência ou negligência). Apesar de, a cada dia que passa, ficar mais evidente que havia uma rede de corrupção monitorada pelos altos escalões do governo e por figuras do partido da presidente, quero apenas lembrar que o *impeachment* já poderia ter sido declarado apenas por culpa da primeira mandatária. Basta analisar o artigo 85, inciso V, da Constituição (*impeachment* por atos contra a probidade da administração), além do artigos 37, § 6.º (responsabilidade do Estado por lesão ao cidadão e à socieda-

de) e § 5.º (imprescritibilidade das ações de ressarcimento que o Estado tem contra o agente público que gerou a lesão por culpa ou dolo, única hipótese em que não prescreve a responsabilidade do agente público pelo dano causado) para que essa conclusão se imponha. Ora, o artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 1.079/50, com as modificações da Lei n.º 10.028/00, determina: “São crimes de responsabilidade contra a probidade de administração: (...) 3 – não tornar efetiva a responsabilidade de seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”. Se acrescentarmos os artigos 138, 139 e 142 da Lei das S/As, que impõem responsabilidade dos conselhos de administração na fiscalização da gestão de seus diretores, com amplitude absoluta deste poder fiscalizatório, percebe-se ter incorrido S. Exa. em crime administrativo por culpa. Há, ainda, a considerar o § 4.º do artigo 37 da Constituição federal, que cuida da improbidade administra-

tiva (os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda de função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento do Estado), e o artigo 11 da Lei n.º 8.429/92, que declara: “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições” (grifo meu). Ao interpretar o conjunto dos dispositivos citados, entendo que a culpa é a hipótese de improbidade administrativa a que se refere o artigo 85, inciso V, da Lei Suprema. Ora, tal omissão da presidente Dilma Rousseff nos anos de gestão como presidente do conselho da Petrobrás e como presidente da República permitiu a destruição da Petrobrás, ao deixar de combater a corrupção ou concussão, durante oito anos, gerando desfalque de bilhões de reais, por dinheiro ilícitamente desviado e por operações administrativas desastrosas. Como ela mesma declarou, que, se tivesse melhores informações, não teria aprovado o negócio de quase US\$ 2 bilhões da Refinaria de Pasadena, à evidência, restou demonstrada ou omissão, ou imperícia, ou imprudência, ou negligência ao avaliar o milionário negócio. E a insistência, no seu primeiro mandato e início do segundo, em manter a mesma presidente da estatal caracteriza improbidade, por culpa continuada, de um mandato ao outro. À luz deste raciocínio, entendo – independentemente das apurações dos desvios que estão sendo realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público (hipótese de dolo) – que há fundamentação jurídica para o pedido de impeachment (hipótese de culpa). E esta

configura-se, também, nas pedaladas fiscais detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que levaram à rejeição das contas de 2014. Neste caso, a gravidade é maior, pois foi o governo alertado por técnicos do Tesouro Nacional da violação e dos riscos que o País correria, inclusive do rebaixamento do grau de investimento, sem nada ter feito, pois objetivou iludir o eleitorado em 2014. Não deixo, todavia, de esclarecer que o julgamento do *impeachment* pelo Congresso Nacional é mais político que jurídico, lembrando o caso do presidente Collor, que, afastado da Presidência pelo Congresso, foi absolvido pela Suprema Corte. O certo é que analistas brasileiros e estrangeiros, hoje, estão convencidos de que, se não houver o *impeachment*, o Brasil continuará afundando, como mensalmente os índices econômicos estão a sinalizar, numa pátria de 9 milhões de desempregados, de alta inflação, de PIB negativo, de juros estratosféricos, da falta de diálogo da presidente com empresários, trabalhadores, estudantes

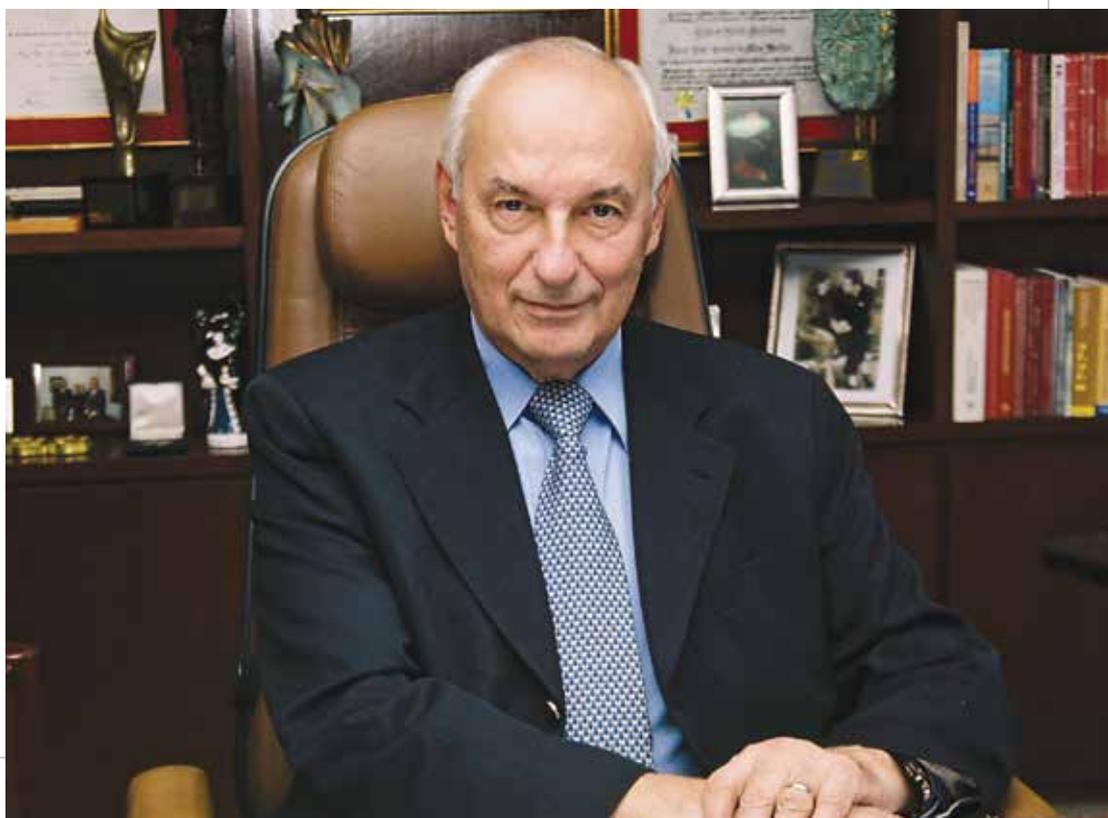
e políticos, sem perspectivas para 2016 e com a primeira mandatária com apenas 10% de credibilidade da população. O poço continua sem fundo, nesta queda livre. ☹️

“ A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que o ato de improbidade administrativa não exige a ocorrência de enriquecimento ilícito, sendo a forma culposa apta a configurá-lo

”

25

Ives Gandra Da Silva Martins, é professor emérito das Universidades Mackenzie, Unip, Unifio e Unifmu, do CIEE/‘O Estado de São Paulo’, da ECEME, da ESG e da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal 1ª Região





# Compras de café realizadas junto às Cooperativas – Direito ao Crédito Integral – Legitimidade – Equívocos do CARF na apreciação da matéria

**I**niciado julgamento de tema de grande relevância ao setor exportador de café, ocorrido na 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF, da Relatoria da Conselheira Paula, Maria Aparecida Martins de, representante da Fazenda Nacional, em 08/12/2015, matéria relativa ao crédito integral de Pis e Cofins de compras junto às Entidades Cooperativas, deparamos e nos surpreendemos com a manifestação daquela julgadora ao apreciar o tema na qual manteve a decisão de 1ª instância, que havia glosado o crédito integral do Pis e da Cofins (9,25%), outorgando ao contribuinte apenas crédito presumido. Da manifestação da Relatora extraímos, de essencial, o seguinte:

A fiscalização apurou o crédito presumido previsto no artigo 8º da Lei nº 10.925/2004, porque a contribuinte exerce as atividades de beneficiar, valorizar, preparar, separar por densidade dos grãos, com redução dos tipos determinados pela classificação fiscal.

A decisão de 1ª instância manteve a decisão da fiscalização em síntese sob os seguintes argumentos:

- a suspensão da incidência das contribuições é obrigatória, quando ocorre a situação tipificada no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 10.925/2004; e em consequência disto, fica vedada o aproveitamento integral dos respectivos créditos nos termos do artigo 3º, § 2º, inciso II, das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 e há somente o direito ao crédito presumido nos termos do artigo 8º, da Lei nº 10.925/2004.

Não há qualquer prova que a produção que lhe é dominante onde reste evidenciado tratar-se de café que tenha sido comprado e revendido no mesmo estado, conforme alegado que ensejasse a relação à suspensão.

Em sede de recurso voluntário a questão é a mesma daquela também esclarecida pela decisão de 1ª instância, cujos fundamentos adoto como argumentos de decidir nos termos do artigo 50, § 3º (Lei nº 9.430/96) para manter a glosa do crédito integral, em face do direito a somente o crédito presumido das contribuições sociais.

Quanto a Solução de Consulta mencionada pela Recorrente, nada lhe favorece, pois se refere a fatos geradores ocorridos (está escrito expressamente) no período entre o início da produção de efeitos do artigo 8º, da Lei nº 10.925/2004 e da publicação da IN 636/2006, portanto, anteriores a produção de efeitos da suspensão da exigibilidade das contribuições que tratam o presente processo.

O objetivo deste breve comentário é apontar os equívocos na interpretação da Julgadora aplicada ao caso concreto, ao apreciar o assunto que ainda está a aguardar a decisão final daquela Turma.

De início, declara a Relatora, adotando os argumentos exarados pela 1ª instância (DRJ-RJ), que as operações de compra realizada junto às cooperativas devem ser obrigatoriamente realizada sob o manto da suspensão da exigibilidade das contribuições ao Pis e Cofins.

Aqui reside o primeiro engano. É sabedor que existem duas alternativas de se operar nas vendas por cooperativas, quais sejam: (01) sob a incidência normal do Pis e Cofins, tendo como fundamento o artigo 3º, inciso I, das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, principalmente se as cooperativas vendedoras submeterem o produto à atividade considerada industrial, conforme previsão contida no artigo 8º, §6º, da Lei nº 10.925/2004, o que naturalmente outorga ao adquirente o direito ao crédito integral; (02) sob o regime da suspensão da incidência do PIS e da COFINS, na hipótese em que a cooperativa agropecuária exerça a atividade de comercialização da produção de seus associados, podendo também realizar o beneficiamento, conforme disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 10.925/2004.

Importante mencionar que, entende-se como beneficiamento as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar o café.

Essa hipótese contempla a venda realizada para pessoa jurídica tributada pelo lucro real, nos termos e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal (art. 9º, da Lei nº 10.925/2004 e IN 636 e 660/2006).

Na segunda hipótese o adquirente poderá inovar nesta operação? Entende-se que não. A Instrução Normativa nº 636/2006, que foi revogada pelo IN 660/2006, dispôs que o fornecedor deveria exigir do adquirente declaração, mencionada nos anexos I e II da referida IN, que disciplinou as regras de comercialização de produtos agropecuários na forma dos artigos 8º, 9º e 15 da Lei nº 10.925, de 2004.

Portanto, não se pode afirmar de forma categórica que as operações de compra realizadas pelos exportadores de café junto às cooperativas deveriam ser obrigatoriamente sob o regime da suspensão do Pis e Cofins, tipificada no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 10.925/2004. Na realidade, o entendimento do julgador consolidou uma das alternativas, mas não a única.

Em ato contínuo, justifica a Julgadora que a vedação ao aproveitamento integral dos créditos do Pis e Cofins, encontra guarida nos termos do artigo 3º, § 2º, inciso II, das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. A questão merece mais atenção. Vejamos:

O dispositivo está assim redigido, tanto da Lei nº 10.637/2002 como na Lei nº 10.833/2003, senão vejamos:

Art. 3o Do valor apurado na forma do art. 2o a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

§ 2o Não dará direito a crédito o valor: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004).

(...)

II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004) – Grifo nossos



Nesse sentido, conclui-se que a norma alcança apenas os casos em que toda a receita decorrente das operações de comercialização que não estava sujeita ao pagamento do Pis e da Cofins, quando decorre das hipóteses de não incidência, isenção, alíquota zero e de suspensão do pagamento das contribuições. O que não é o caso das cooperativas.

Aliás, a Nota Técnica RFB/COSIT nº 13, de 2014, apud PARECER/PGFN/CAT/Nº 1425/2014, é esclarecedor:

(...)

10. Especificamente em relação às sociedades cooperativas, verifica-se que a exclusões de base de cálculo a que têm direito, embora possam dependendo do caso, reduzir significativamente o valor das contribuições por elas devidas, não afastam as receitas decorrentes de suas operações da sujeição ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. São exclusões referentes a repasses a associados, venda a associados, prestação de serviços a associados, sobras apuradas, etc., não havendo exclusão ao valor sobrado pela cooperativa na venda dos produtos da cooperativa a terceiros adquirentes.

11. Com base nesse entendimento adotado pela Cosit, se a receita decorrente da venda pela cooperativa foi beneficiada com suspensão, alíquota zero, isenção, ou não incidência não é possível o aproveitamento do crédito pelo adquirente. Mas se a receita decorrente da venda esteve sujeita ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e, em um segundo momento, por aplicações de benefícios fiscais, sobrevieram reduções do valor devido das contribuições, não há impedimento à apuração de créditos pelos adquirentes.

Aliás, o referido Parecer menciona que a Cosit tem entendido que a melhor interpretação a ser dada em relação à vedação ao creditamento, mencionado no artigo 3º, §2º, II, das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, é a seguinte:

12. A Cosit entende que a vedação de creditamento prevista no art. 3º, §2º, II, da Lei nº 10.637, de 2002, e seu homólogo na Lei nº 10.833, de 2003, incide quando a receita decorrente da operação de compra e venda não está sujeita ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. E isso por vários motivos:

a) Porque deflui da literalidade dos textos legais (“Não dará direito a crédito o valor ... da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição”). Percebe-se que a referência legal são os bens e serviços comercializados (ou, mais tecnicamente, a receita decorrente de sua comercialização) e não a pessoa jurídica que comercializa;

b) Porque a pessoa jurídica adquirente dos produtos comercializados pelas cooperativas, pelo conhecimento da legislação e pelas informações da nota fiscal, só pode saber se os produtos ou serviços adquiridos estão ou não sujeitos ao pagamento das contribuições se o benefício alcança diretamente a receita auferida pela cooperativa em decorrência da operação.

Montante exato de qualquer redução de base de cálculo ou outros benefícios indiretos que o vendedor goze na apuração das contribuições não é de conhecimento do adquirente. Assim, vincular o direito de creditamento do adquirente a condições cujo cumprimento ele não pode verificar sem o exame detalhado da contabilidade de vendedor tornaria o sistema complexo e inseguro.

A Solução de Consulta nº 65/20014, caminha no mesmo sentido, pois não se trata de ausência de pagamento das contribuições, como quer entender a nobre Julgadora. Nos itens 7, 9 e 10 traz as seguintes assertivas:

7. As receitas das cooperativas, regra geral, estão sujeitas ao pagamento das contribuições. As exclusões da base de cálculo às quais as cooperativas têm direito não se confundem com não incidência, isenção, suspensão ou redução de alíquota a 0 (zero) nas suas vendas, o que impediria o aproveitamento de crédito por parte dos compradores de seus produtos. As sociedades cooperativas, além da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre o faturamento, também apuram a Contribuição para o PIS/Pasep com base na folha de salários

relativamente às operações referidas na MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 15, I a V.

(...)

9. Assim, para aproveitamento de créditos nas aquisições junto a cooperativas, deve-se observar as mesmas normas vigentes para a apuração de créditos em relação a aquisições junto a pessoas jurídicas em geral.

10. Sabendo-se que, regra geral, não há impedimento ao aproveitamento de créditos nas aquisições de produtos junto a cooperativas, não há mais questão de interpretação da legislação tributária a ser resolvida. Basta aplicar literalmente a legislação referente à situação descrita na consulta, sendo vedada a apuração de créditos em relação às aquisições não sujeitas ao pagamento das contribuições.

Esta opinião é a que melhor se adequa ao caso em comento. Para consolidar a matéria, a PGFN no Parecer nº 1425/2014 liquida eventuais dúvidas:

46. Por “não sujeito ao pagamento” deve ser entendida qualquer causa legal que livre o contribuinte, integralmente, desses tributos. Isto porque, quando o inciso II do § 2º do art. 3º das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, impede o creditamento “da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição” a toda evidência não havia menção ao recolhimento das contribuições, mas à sujeição ao tributo, ou seja, o crédito só é vedado quando há ausência de tributação, salvo nas hipóteses previstas na legislação. Muitas vezes ocorre de o crédito do contribuinte ser maior que o valor de contribuição ao PIS/PASEP e da COFINS pago na etapa antecedente, assim não há o efetivo recolhimento do tributo por parte do sujeito passivo, mas isso não impede o adquirente de se creditar regularmente. Tampouco o impediria quaisquer exceções pessoais que tornassem o vendedor desonerado do recolhimento, entendendo-se por tais exceções pessoais hipóteses em que a obrigação tributária existia mas mereça ser extinta por causas “pessoais” de extinção da exigibilidade do crédito, diferentes do pagamento, como prescrição, decadência ou compensação. Logo, não se pode interpretar a sujeição ao pagamento da contribuição como recolhimento do tributo, como parece ser uma das interpretações da SRRF da 8ª Região Fiscal.

Entretanto, antes dessa manifestação, o entendimento da Superintendência da 8ª Região Fiscal era diametralmente oposto, pois a interpretação adotada por aquela região fiscal era de que a previsão contida no artigo 3º, §2º, II, das Leis nºs, 10.637/2002 e nº 10.833/2003, não se referia apenas às desonerações aplicáveis diretamente sobre a receita decorrente da operação de compra e venda, mas também se estenderia aos benefícios de redução de base de cálculo da cooperativa vendedora. O que não é aceitável juridicamente!

Mas, ao contrário desse entendimento, o pronunciamento contido no Parecer acima mencionado, deve predominar. A conclusão é cirúrgica:

Enquanto a norma do inciso II do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e da Lei Nº 10.833, de 2003, estiver em vigor, ela dever ser aplicada, ainda que se perceba que as exclusões da base de cálculo que alcançam as cooperativas de produção agropecuária reduzem significativamente as receitas tributáveis dessas pessoas jurídicas, a exemplo dos produtos adquiridos de cooperados, do custo agregado ao produto industrializado, das sobras apuradas em cada ano, de forma que a base de cálculo líquida correspondente essencialmente às despesas administrativas.

Apesar da complexidade que cerca a matéria, o certo é que o entendimento exarado na Solução de Consulta nº 65/20014, ratificado no Parecer nº 1425/2014, deve persistir, ainda que o efeito vinculante no âmbito da RFB somente ocorra a partir da data da publicação, conforme estabelece o art. 9º, da IN 1.396/2013. ☺

#### Marco Antônio Milfont Magalhães

é Advogado e bacharel em Ciências Contábeis, sócio fundador do Escritório Milfont Advogados Associados; Master of Law - LL.M em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.



# CCCV realiza confraternização de Natal



Os exportadores e corretores de café associados ao CCCV realizaram sua tradicional Confraternização Natalina que, especialmente este ano, reuniu apenas amigos e familiares em Vitória ES.

Em seu discurso, o presidente Jorge Luiz Nicchio lembrou que a história e o legado econômico e social que os exportadores de café capixabas deixaram servem de exemplo para novos empreendedores do estado e que apesar de todos os entraves econômicos e de infraestrutura, principalmente portuária, em 2015 o recorde de embarque de café conilon foi superado.

“Foram mais de 4 milhões de sacas do ES. No total ultrapassamos 6 milhões de sacas embarcadas em 2015, o que representa o segundo maior volume em um ano, superado apenas pelo ano de 2002”

“O CCCV prima pela constante melhoria da qualidade do café e aumento da competitividade do setor. Buscamos boas práticas na produção e na comercialização e a sustentabilidade da atividade. Levamos conhecimento ao campo e contribuimos para o desenvolvimento social e econômico do Espírito Santo” ressaltou Nicchio.

30







32







# Indústria pede revisão de Norma da Anvisa em função de problema causado pela broca do café



A cafeicultura brasileira vem sofrendo sérios problemas nos últimos anos em decorrência da broca do café. Segundo Breno Mesquita, diretor da FAEMG, após a proibição do endosulfan, princípio ativo eficaz no controle da broca do café, em dezembro de 2013, as lavouras mineiras foram as mais afetadas por esta praga, já que este é o maior estado produtor de café do Brasil, abrigando 50% do parque cafeeiro e do volume total da produção nacional do grão.

Este ano, no entanto, a questão chegou até a indústria

quando, em abril, o Instituto Proteste, associação privada de consumidores, divulgou resultados de análises de café realizadas em 14 marcas e apontava existência de fragmentos microscópicos em níveis mais elevados do que o limite em 11 delas. A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) se manifestou na ocasião, informando que a empresa não era associada e passou, então, a elaborar um estudo buscando a causa do problema, que apontava matérias estranhas no produto.

Os resultados encontrados pela ABIC apontaram que os

fragmentos encontrados nos cafés industrializados resultavam da infestação de broca no país. “Em 91% dos casos, os fragmentos encontrados nas amostras são da broca e não de outro inseto”, apontou Nathan Herszkowicz, diretor executivo da ABIC.

# Método de análise

Em seus estudos, a ABIC aponta que a metodologia seguida para apurar a Norma atual não garante repetibilidade, ou seja, quando a Associação realizou mais de uma vez o mesmo teste com o mesmo café, encontrou resultados diferentes em cada um deles. “O número de fragmentos varia de acordo com o nível da moagem. Existem níveis de moagem diferentes em todo Brasil. Esse é um dos problemas da metodologia” aponta o diretor da ABIC.

Outro ponto é que o material proveniente da broca não é ocasionado pelos processos de industrialização e, sim, da matéria-prima que vem do campo. “A indústria não tem como separar os grãos brocados dos outros”, argumenta Nathan, que complementa que “O cafeicultor também não é culpado pelo problema, uma vez que houve demora na hora de repor o produto que combate a praga”.

Veja, abaixo, como a RDC 14 – Norma da Anvisa trata atualmente o caso específico do café:

Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 14, de 28 de março de 2014

## ANEXO 1

Limites de tolerância para matérias estranhas, exceto ácaros, por grupos de alimentos

Grupos de Alimentos	Alimento	Matérias Estranhas	Limites de Tolerância (máximos)	Metodologia Analítica AOAC
3. Café	Café torrado e moído	Fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas (não considerados indicativos de risco)	60 em 25g	988.16 b (16.02.02) - Café torrado e moído

35

De acordo com Nathan, grande parte ou quase a totalidade dos fragmentos encontrados no café são resultantes da broca. “A partir disso, precisamos buscar que a Norma da Anvisa se adeque a realidade atual. No campo o problema ainda não se corrigiu e isso deve levar tempo”, explica o diretor.

A ABIC fez contatos com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2015 para abordar e tema e esclarecer que os fragmentos não tinha origem nos processos industriais. Em julho do mesmo ano o estudo elaborado pela Associação foi apresentado à Anvisa. As demandas da ABIC incluem a sugestão de que os fragmentos da broca não sejam contabilizados na análise da RDC 14.

A Agência não havia dado retorno sobre o tema até uma Audiência Pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que ocorreu em 10 de dezembro de 2015. “O representante da Anvisa, Dr Joao Tavares Neto, Superintendente de Alimentos, comentou sobre o estudo, indicando que a área técnica da Anvisa está concluindo as análises do trabalho, e que haveria espaço, em vista das evidências técnicas do estudo da ABIC, para se proceder a um pedido de revisão da norma em função do problema causado pela infestação de broca do café nas regiões produtoras. Não há prazo determinado para conclusão dessa fase”, avaliou Nathan Herszkowicz.

“A broca não é nociva à saúde”, destaca Nathan o diretor executivo da ABIC. “Contudo, este é um problema que reduz a qualidade já que faz com que o grão pese menos, o que influencia na hora da venda do produtor”, pontua.



Thais Fernandes, jornalista da Café Editora, escreve diariamente para o site CaféPoint”  
Matéria publicada no [www.cafepoint.com.br](http://www.cafepoint.com.br)”

# OMC: Página Virada

WORLD TRADE ORGANIZATION

36

A reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) realizada na semana passada em Nairobi, na prática, enterrou a moribunda Rodada Doha. Com claras manifestações dos EUA, da União Europeia e do Japão, os Ministros de 162 países membros não reafirmaram o interesse em manter as negociações da Agenda para o Desenvolvimento, pela primeira vez desde o lançamento da Rodada de Doha em 2001. Os países em desenvolvimento e os emergentes (China, Índia e Brasil), conseguiram um reduzido pacote de medidas (pendentes da Rodada de Doha), incluindo a suspensão dos subsídios a exportação para produtos agrícolas até 2020 pelos países desenvolvidos (só existem na Suíça, no Canadá e Noruega), novas orientações para financiamento de exportações agrícolas e acesso a mercados de países desenvolvidos para

países pobres produtores de algodão sem prazo para sua implementação.

A declaração final mantém, portanto, a possibilidade de negociação de alguns itens de Doha e abre espaço para os temas novos no âmbito da OMC. Os EUA deixaram claro, contudo, que só vão se engajar, se os entendimentos se processarem não mais segundo os mandatos de Doha e das regras da OMC. Ou seja, sem as flexibilidades hoje conferidas aos países em desenvolvimento e emergentes. Com isso, China, mas também Brasil e Índia, graduados, terão de negociar de igual para igual com os desenvolvidos, pois as disciplinas terão de ser as mesmas para todos, apenas com variação de prazos. Princípios como o do consenso na tomada das decisões, tratamento especial e diferenciado, "single undertaking", e áreas como prioridade para a agri-

cultura, eliminação dos subsídios e medidas restritivas à exportação estão ameaçados pela recusa dos países desenvolvidos e poderão não voltar a balizar as negociações no contexto da OMC.

Ao expressar satisfação com os resultados do encontro ministerial que colocaram um ponto final na Rodada de Doha, uma das principais estratégias de negociação comercial do lulopetismo, o governo brasileiro afirmou que "os resultados alcançados em Nairóbi comprovam a capacidade da OMC em alcançar (sic) resultados relevantes num contexto multilateral e não discriminatório, quando há



efetivo engajamento de seus Membros. Nesse sentido, será retomada a negociação dos demais temas da Rodada de Doha e examinada a existência de consenso para o tratamento de novos temas”. Resta saber com quem será retomada a negociação do pacote de consolidação e como será apurada a existência de consenso para o tratamento de novos temas. Os países desenvolvidos deverão ignorar a agenda tradicional e seguir discutindo acordos pluriaterais (preferenciais e discriminatórios) em oposição aos multilaterais (aprovados por todos os países membros) sobre temas setoriais como serviços, bens ambientais, de tecnologia da informação, sem que o Brasil até aqui participe desses entendimentos.

O papel protagônico do Brasil se manteve e por sua iniciativa o encontro de Nairobi também marcou o fim da atuação como porta-voz dos emergentes. O G-20 agrícola desapareceu pela divisão entre Brasil e China/Índia em virtude de interesses divergentes quanto a salvaguardas para manter barreiras para importações de produtos agrícolas e manutenção de estoques.

Enquanto, na última década, a natureza das negociações comerciais se trans-



forma-  
va e os  
países  
desenvolvidos  
avançavam os enten-  
dimentos para acor-

dos limitados com regras que vão além da OMC, a grande maioria dos países membros da Organização, inclusive o Brasil, teimaram em brigar por uma negociação multilateral baseada em premissas inviabilizadas pelo crescente número de países membros, pela complexidade das negociações e pela dificuldade de concordância em agricultura em virtude da grande diferença de interesses, em especial o desejo dos países desenvolvidos de graduarem a China e acabar com seu status de membro de acessão recente.

Além do acordo da facilitação de comércio, ratificado por 57 países, foi adotado em Nairobi o acordo de tecnologia da informação com mais de 50 participantes e está avançando acordo sobre bens ambientais. O acordo de Parceira Trans-Pacífica, com os EUA e Japão, além de 10 países, inclusive Chile, Peru e México, em nosso continente, foi concluído e deverá ser assinado em fevereiro, trazendo toda uma nova filosofia de acordos, abertos para os que quiserem aderir, com regras que vão além das existentes na OMC ou mesmo que ainda nela não existem.

Os países em desenvolvimento membros da OMC não tem alternativa. Ou aprovam a inclusão dos novos temas, setoriais, com participação limitada de países que quiserem acompanhar as novas regras - criadas por inspiração e liderança dos EUA - ou a OMC ficará restrita apenas a sua função de mecanismo de solução de controvérsia. Dessa forma, a sobrevivência da OMC se dará pela sua renovação a partir de uma nova agenda que incorpore os acordos plurilaterais e a discussão de novas regras sob um outro modelo de negociação, também plurilateral.

O governo brasileiro terá de enfrentar a nova realidade da negociação multilateral na OMC. Embora atuando em Nairobi de forma pragmática e menos ideológica, os fatos se impuseram e não deixarão muito tempo para que o governo brasileiro ajuste as políticas de negociação comercial e a política externa às mudanças em curso. Na reunião presidencial do Mercosul, realizada, na semana passada em Assunção, continuou a incerteza quanto ao interesse da União Europeia (UE) em aceitar a negociação com o Mercosul. Se e quando as negociações entre o Mercosul e a UE acontecerem, as autoridades brasileiras se confrontarão com essas novas realidades e terão de atuar de acordo com os interesses do setor produtivo e exportador e não ideológico. 

Rubens Barbosa, é Presidente  
do Conselho Superior de Comércio  
Exterior da FIESP



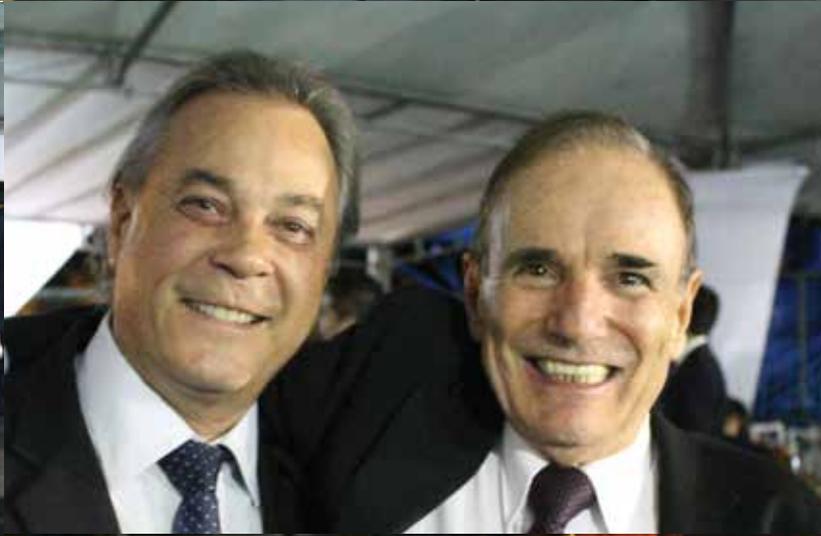


# Jantar CCCMG

38

O Centro do Comércio de Café de Minas Gerais realizou mais uma vez o seu tradicional jantar de fim de ano, recepcionando associados e empresários do setor cafeeiro. O evento, no Clube Campestre, reuniu cerca de 600 pessoas, tendo a frente Archimedes Coli Neto e Carlos Paulino da Costa, presidente e vice-presidente do Centro.







# EMPREENDEDOR RURAL

Épocas de crise criam oportunidades. Esse verdadeiro mantra do otimismo iluminava a mente de milhares de agricultores, maridos, esposas e jovens, reunidos noutro dia em Curitiba. Participavam eles do encerramento dos programas Empreendedor Rural, Jovem Agricultor Aprendiz e Mulher Atual. Formavam uma multidão que acredita no Brasil.

Liderados pela prestigiada Federação da Agricultura do Paraná, os cursos de empreendedorismo já capacitaram, em 12 anos de existência, 28 mil produtores rurais. Notável. Somente neste 2015 se formaram 48 turmas, com 960 participantes, que cursam estratégias de comercialização, gestão da propriedade, políticas econômicas e legislação agrária. São 136 horas/aula. Já na turma dos aprendizes, entre 14 e 17 anos, o curso é mais puxado: são 240 horas/aula. Em suas classes já passaram 52 mil jovens agricultores.

“O Brasil frente aos desafios do mundo contemporâneo” foi o tema da palestra que proferi no evento. Jamais falei para tanta gente interessada, atenta, quieta, procurando através de minhas palavras entender os prováveis caminhos da Nação. Nunca, notoriamente, o Brasil enfrentou tantos dilemas como aqueles que se apresentam agora. Imbricam-se as crises da economia, da política e da moral, produzindo essa tragédia da depressão nacional. Como cultivar a esperança nessa situação?

Ofereço aqui meu testemunho: embora, obviamente, preocupados estejam, os matutos agricultores do Paraná, que se colocam entre os melhores do mundo, não perderam a crença no valor de seu trabalho. Pelo contrário. Continuam investindo na produtividade, vislumbram o potencial do mercado. Mais que tudo: acreditam na virtude da cooperação, do companheirismo. Surpreendente.

Estão acostumados às adversidades os homens do campo. Não apenas aquelas relacionadas aos desígnios da natureza, como a seca ou a chuvarada, a ventania ou a geada. Quem trabalha no sol à pino e tem as mãos calejadas pela dureza da lida não afina facilmente de qualquer incômodo. Enfrentam o touro. Peitam o perigo. Sofrem, mas sabem que a tempestade passa. Governos, idem.

Logística da safra: esse é o maior inimigo da agricultura nacional. Décadas se passam e os portos brasileiros continuam lerdos e custosos; as ferrovias, inauguradas com belos discursos, não saem do papel; hidrovias con-

tinuam uma quimera; e as rodovias se desgraçam com buxacos que teimam em quebrar molas de caminhões, roubando a eficiência do transporte. No ranking de logística elaborado pelo Banco Mundial, o Brasil caiu para o 65º lugar, entre 160 países. Quer dizer: da porteira para dentro, onde quem manda é o produtor rural, tornamos imbatíveis na tecnologia; da porteira para fora, onde aos governos cabe a tarefa de prover infraestrutura, perdemos nacos de competitividade, deprimindo a renda do agro.

Nada, porém, mais chateia os agricultores brasileiros que a falta de consideração. Os homens do campo se sentem depreciados pelos compatriotas urbanos, que não os valorizam como, por exemplo, o fazem os norte-americanos ou os europeus. Pioneiros, desbravadores, garantia da segurança alimentar: assim são positivamente vistos lá fora os produtores rurais; aqui dentro, negativamente, a opinião pública os considera “ruralistas”, desmatadores, atrasados. Triste sociedade, a nossa, que despreza sua origem.

Na crise, oportunidades. Os estudiosos da economia agrária comprovam com facilidade: neste momento assustador de recessão, se não fosse a pujança acumulada do agrogócio, incluindo o familiar, o Brasil estaria na lona. A crise da economia brasileira somente não é maior devido à força erigida na roça. O campo gera as divisas nas exportações, garante o emprego e a renda no interior, produz a comida para as metrópoles. Essa é a sorte grande do Brasil: existe uma âncora verde amarrada aos seus braços caipiras.

O Paraná, ao estimular como ninguém o empreendedorismo no campo, dá uma lição: quem constrói uma Nação é sua gente trabalhadora, não o go-

verno nem os políticos. Estes, capatazes do poder público, se não atrapalharem já fazem um grande favor. Nesse momento de desgraça, é a crise política, chafurdada na corrupção, que impede os agentes ativos da economia de vingarem. Mas eles, os falsários e malandros que ocuparam o Estado, serão derrotados na batalha que se avizinha. Pode demorar mais ou menos, mas a sociedade ética se reconstruirá no País.

Tal leitura auspiciosa recolhi naquele evento dos empreendedores rurais em Curitiba. O otimismo que demonstram indica que está ruindo, definitivamente, o Estado paternalista, controlador, interventor, inspirado pelo ideário “desenvolvimentista” que vigora desde a época getulista. Chega dessa utopia à moda socialista que engendrou a podridão na política. Precisamos acreditar na liberdade empreendedora, na meritocracia, na capacidade individual, no discernimento dos cidadãos. Temos que apostar em nós mesmos. Ao Estado cabe zelar pela democracia, proteger os despossuídos e incapazes, dar segurança ao cidadão.

Aline Bonk, bióloga de 24 anos, conquistou o primeiro lugar entre os projetos finalistas do Programa Empreendedor Rural 2015. Seu projeto “Ampliação de viveiros para a piscicultura” pretende expandir a produção de carpas na Chácara

“

No ranking de logística elaborado pelo Banco Mundial, o Brasil caiu para o 65º lugar, entre 160 países. Quer dizer: da porteira para dentro, onde quem manda é o produtor rural, tornamos imbatíveis na tecnologia; da porteira para fora, onde aos governos cabe a tarefa de prover infraestrutura, perdemos nacos de competitividade, deprimindo a renda do agro.

”

41

d’Areia, propriedade onde vivem seus pais, pequenos agricultores em União da Vitória (PR). Eles toparam o desafio, olharam para frente. Não irão esperar a crise passar. Nada disso. A enfrentarão com mais trabalho. Isso é maravilhoso.

As carpas de Aline configuram a renovação, e nesta atitude pró-ativa mora o futuro do Brasil. Nada de esperar acontecer. No campo como na cidade, fazer acontecer. ☺



**Xico Graziano**, é agrônomo, foi secretário de Agricultura e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo  
Email: xicograziano@terra.com.br



Sede da Fazenda

# Fazenda da Reforma e sua Colônia de Libertos

*Prof<sup>a</sup>. Leila Vilela Alegrio*

**N**a historiografia da cafeeira no Brasil do século XIX, há algumas surpresas que não são abordadas pelos estudiosos, mas que podemos considerar como relevantes.

A partir de 1883, aproximadamente, muitos fazendeiros começaram a alforriar seus escravos, mas poucos são os relatos nos quais eles consideraram um sucesso a libertação de seus cativos, pois evidentemente esperavam que fossem agradecidos pelos seus atos de “benemerência”, e que permanecessem sob seu domínio e trabalhando como outrora.

Talvez o caso mais importante e conhecido pela maioria daqueles que estudam a escravidão no Brasil seja a colônia estabelecida em testamento pela condessa do Rio Novo, em Paraíba do Sul. Ao ser aberto seu inventário *post-mortem*, em 1882, lá se encontrava um testamento no qual a condessa não só alforriava os ex-escravos, como

também dividia entre aqueles que desejassem ser lavradores uma considerável porção de terras, e aos que ali não quisessem permanecer, dinheiro, estabelecendo algumas cláusulas.

Passados poucos anos, muitos acabaram por ser expulsos de suas terras, por causarem “desordens”; outros abandonaram a lavoura de café para plantar alimentos de subsistência — e já no início do século XX, o sonho da condessa havia desaparecido completamente.

Talvez, inspirado na iniciativa da condessa do Rio Novo, o proprietário da fazenda da Reforma, o capitão Simão Dias dos Reis, resolve, em fins do ano de 1883, conceder carta de liberdade a todos os seus 63 escravos, desistindo do direito



de serviços de 33 ingênuos, além de estabelecer uma espécie de colônia de libertos em sua fazenda. Essa iniciativa foi motivo de muitos aplausos e notícias nos jornais abolicionistas, e ainda lhe rendeu, no ano seguinte, o título de barão de Simão Dias.

Os libertos continuaram a trabalhar na fazenda como se fossem colonos, com casa, roupa, comida, tratamento médico, direito a plantarem alimentos de subsistência e a meação da venda do café produzido ali.

Em 1884, começa a surgir na imprensa notícias de que os libertos haviam abandonado a fazenda, e prontamente o barão de Simão Dias publica no jornal *A Sentilla*, a seguinte declaração:

*É verdade que sairão alguns por mim despedidos, e outros seduzidos por máus vizinhos.*

*Achão-se installados na colheita do café quarenta cinco, e no serviço doméstico tres, ao todo quarenta e oito libertos, homens e mulheres, e não dois.*

*Quem duvidar do que digo pode vir examinar, e verificar de que lado está a má fé.*

Embora o barão não tenha poupado esforços para manter-se otimista quanto à “colônia de libertos” que imaginou ter fundado, a realidade mostrou-lhe que em menos de um ano 15 libertos já haviam abandonado a lavoura.

Voltando um pouco na história da fazenda da Reforma e de seu proprietário e fundador, vemos, a partir de seu testamento, feito em 1883, justamente quando resolve alforriar seus escravos e fundar a tão propalada colônia de ex-escravos, que ele faz algumas declarações que mostra que não era fácil a abertura de uma fazenda de café e torná-la promissora.

Nesse documento, declara que nasceu em 1818, em São José d’El Rey, província de Minas Gerais, e que residia em Paraíba do Sul há 44 anos, o que nos leva a crer que ali tenha chegado aos 21 anos de idade, ou seja, em 1839. Mas quando adquiriu as terras e fundou a fazenda? Não é possível precisar essa data, mas, ao declarar que teria casado em primeiras núpcias com Anna Theodora, com quem teve duas filhas, Mathildes e Carlota, e em segunda núpcias com sua cunhada Maria Rosa, em 1848, com a qual não teve filhos, alguns pontos nesse testamento deixa claro que naquela data a fazenda ainda não teria atingido sua plenitude, contando apenas com 17 escravos recém-adquiridos e ainda não pagos.

Em 1883, gravemente enfermo, resolve então alforriar seus escravos e transformar a fazenda em uma colônia de ex-escravos.

Nesse testamento, ratifica sua atitude de alforriar os escravos com as seguintes palavras:

*... livres por seus serviços que compensarão de sobra o preço por que forão adquiridos. Não estão pois libertos por acto de ultima vontade, mas desde o momento em que os alforriamos, como consta das cartas que ficaram lavradas, nas quaes estão todos comprehendidos.*

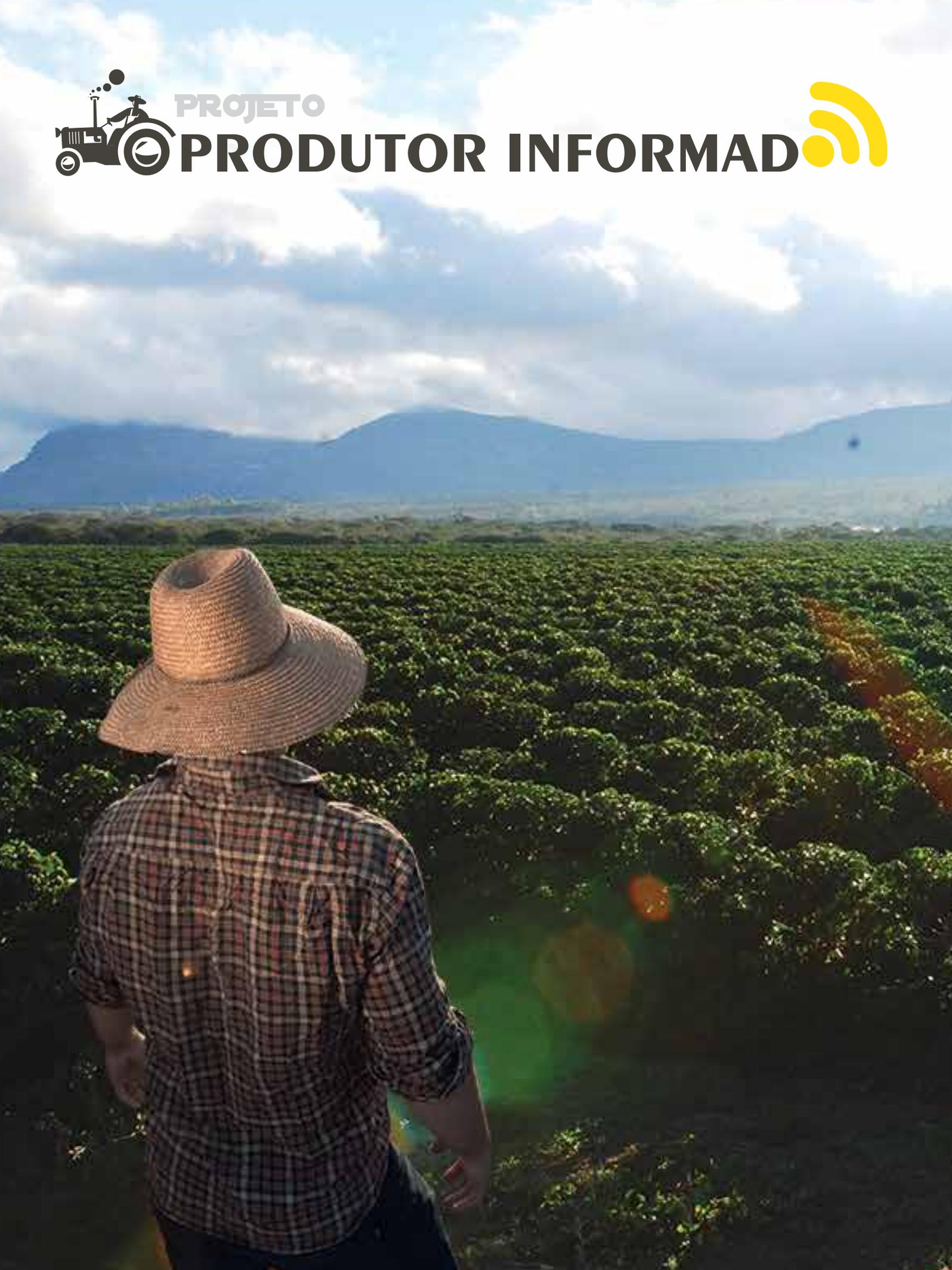
Na avaliação dos bens, consta que a fazenda da Reforma possuía apenas 100 alqueires de terras, além da mobília da casa e poucos animais e joias. Nada consta em relação à plantação de café, e a soma de todos estes bens chegou a pouco mais de trinta contos de reis, o que demonstra que muitas fazendas do médio Vale do Paraíba não se transformaram em grandes latifúndios, e que o fim da cafeicultura fluminense foi, sem dúvida, melancólico e mais que um grande lamento. ☹️





PROJETO

**PRODUTOR INFORMAD**



**PRODUTOR INFORMADO É  
PRODUTOR LUCRATIVO E SUSTENTÁVEL!**



## O que é?

É um programa do CECAFÉ que capacita cafeicultores interessados em melhorar a gestão de suas propriedades e a qualidade de seu café, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais, adotando o computador e a internet como ferramentas de apoio e busca pela informação sobre clima, preços, mercados, técnicas de produção e boas práticas agrícolas, tornando-se mais competitivos e garantindo acesso aos mercados importadores de café.

O programa "Produtor Informado" reúne em um único curso o treinamento em informática e o conhecimento sobre boas práticas agrícolas que possibilitam um aumento de produtividade, renda e qualidade de vida para o cafeicultor e sua família.

## Como participar?

Para participar basta se inscrever em uma turma do Produtor Informado em uma escola da sua região. O curso tem uma aula por semana, durante 4 meses, e não tem custo para o produtor. As aulas são elaboradas para o pequeno e médio produtor de café onde são abordados temas fundamentais de maneira simples e prática.

Mais informações entre em contato com Luciana Alves no (11) 3079-3755 ou [rss@cecafe.com.br](mailto:rss@cecafe.com.br).

## Como Funciona?

**Duração:** 4 meses, 16 encontros, 1 aula por semana no período noturno.

**Inscrição:** Secretaria da escola da sua região.

**Quando:** Início das aulas: 3ª semana de fevereiro de 2016.

**Quem pode participar:** Pequenos e médios produtores de café e trabalhadores rurais do café.

**Onde:** Salas Digitais das Escolas Participantes.

## Vantagens para quem participar:

Quem adota práticas de produção sustentável tem menor custo e aumenta a sua produtividade e qualidade, gerando mais lucro na atividade. Além disso, preserva o meio ambiente, a segurança e saúde de sua família, dos funcionários e dele próprio. O produtor passa a gerenciar melhor a sua propriedade, controlando, anotando e planejando tudo com eficiência. A gestão da propriedade fica em suas mãos.

**Acesse o site e saiba mais: [www.produtorinformado.com.br](http://www.produtorinformado.com.br)**



/cecafebrazil



CECAFÉ



@cecafebrazil

# Previsões de agentes de mercado sobre o café arábica para 2016

A Revista do Café, com base nas pesquisas realizadas e publicadas pela H.Commcor DTVM em *commodities* e outros portamentos dos preços, apresenta a seguinte previsão dos preços do café arábica em 2016, junto aos bancos especializados em *commodities* e outros portamentos dos preços, compilada das opiniões:



## Conceitos Gerais

Os futuros do café fecharam 2015 com um dos piores desempenhos dentre as *commodities*. Em Nova York, por exemplo, as cotações do arábica caíram 24%, enquanto o robusta teve declínio de 21% em Londres no período.

A queda no mercado, em grande parte, refletiu o declínio no valor da moeda das principais origens produtoras em relação ao dólar, como o Brasil e a Colômbia que abastecem grande parte da demanda mundial. No entanto, o clima mais favorável ao desenvolvimento das lavouras em Minas Gerais – depois de um 2014 de forte seca –, e a recuperação contínua na produção colombiana após um programa de replantio no início da década, também influenciaram na desvalorização dos preços.

As exportações de café do Brasil continuam fortes, o que coloca à prova ideias baixistas para os investidores do país.

Mas será que os estoques do Brasil e outras fontes exportadoras serão, finalmente, mais baixos em 2016, dando suporte aos preços? Comentaristas de bancos especializados dão suas opiniões:

cents/us\$

## Estimativas de Preços

Entidades	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
CitiGroup	130.00	130.00	135.00	135.00
Commerzbank	130.00	120.00	110.00	110.00
Rabobank	131.00	128.00	123.00	110.00
Société Generale	128.58	128.59	131.17	129.67
Abn Amro	ligeiro aumento nos próximos meses			
Goldman Sachs	mercado volátil			

## Análises

“A moeda dos países produtores latino-americanos mais fracas podem influenciar nos preços do café de várias formas: reforçando as margens dos produtores; impactando o plantio de rotação; e aumentando os volumes de exportação da cultura”.

“Isso reflete bastante na relação inversa ano a ano com as alterações nas taxas de câmbio do dólar para o real, o peso colombiano e os futuros do arábica na ICE”.

“Com essa certeza, nós antecipamos uma modesta fraqueza para os preços do café em relação aos níveis atuais, dada a já acentuada liquidação em 2015. Embora se espere uma força ainda maior do dólar, é improvável que se tenha uma desvalorização do peso colombiano e do real na mesma escala vista em 2015”.

“Com potencial de moderação na moeda, os preços do café podem começar 2016 estabilizados”.

# comportamento dos preços do

“Ao todo, a oferta de café é de certa forma abundante. Mas outro *déficit* no mercado está previsto para 2015/16. Os números, no entanto, são bem variados. Cerca de 2,5 milhões de sacas, em média”.

“A temporada 2014/15 foi provavelmente fechada com um *déficit*, estimado em cerca de 7 milhões de sacas. O fato de as exportações mundiais de café caírem 3%, o primeiro declínio em cinco anos, deve ser atribuído à menor quantidade disponível após fortes exportações dos estoques no ano anterior”.

“Esperamos que os déficits no mercado de café e os baixos estoques de arábica serão fortemente refletidos na evolução dos preços nos próximos trimestres”.

“É esperada uma boa safra brasileira, isso se materializando, os preços vão recuar novamente”.

“Dito isto, a depreciação do real maior que o esperado ao longo do ano deve pesar sobre o preço do arábica, segundo nossos analistas de câmbio”.

COMMERZBANK 

“Depois dos preços ficarem perto de 135 centavos de dólar por libra-peso em meados de outubro. Após a previsão da Conab de 42,15 milhões de sacas em 2015/16, os preços caíram para o menor patamar em dois anos”.

“Nós vemos três fatores-chave por trás deste movimento: A Colômbia revisou as normas mínimas de qualidade de exportação em resposta às preocupações de menor produção por conta do *El Niño*; depois de preocupações sobre a falta de umidade no Brasil, as chuvas voltaram; e com o aumento da taxa de juros dos EUA, os principais produtores são suscetíveis de ver renovada a pressão sobre as taxas de câmbio”.

“Ainda há grande divergência nas estimativas de produção para 2015/16. Com a possibilidade de condições de *El Niño* mais visíveis ao longo do próximo inverno de 2016/17, os rendimentos permanecem incertos”

“Os futuros do café em 2016 permaneceram sobre pressão por conta da fraqueza da moeda dos países produtores”.

“As economias dependentes das exportações de *commodities*, incluindo entre outros, a Colômbia, Brasil, América Central, Burundi e Indonésia, vão ter problemas decorrentes da fraqueza de suas moedas em 2016, de uma forma ou outra”.

“No entanto, com base nas questões fundamentais, nós ainda acreditamos em um cenário otimista – sustentado em um *déficit* acentuado de 6,1 milhões de sacas em 2014/15 e 2,7 milhões de sacas em 2015/16 – uma vez que as exportações brasileiras estão a todo vapor”.

“Além disso, o sentimento de alta pode aumentar se as visitas ao redor das regiões cafeeiras do Brasil em janeiro e fevereiro mostrar que a produção de 60 milhões de sacas não será alcançada em 2016/17, o que acreditamos ser o cenário mais provável”.

Goldman  
Sachs



Rabobank

“Nos próximos meses, novos dados sobre a safra brasileira irão determinar a direção dos preços”.

“A demanda global por grãos de café subiu mais de 40% nos últimos 15 anos, enquanto a produção cresceu apenas 25%, de acordo com estatísticas da Organização Internacional do Café”.

“O declínio nos níveis dos estoques significa que as oscilações na produção anual estão tendo um grande impacto sobre os preços”.

“Além das expectativas nos embarques de café brasileiro, as atenções também se concentram na produção no Vietnã, Indonésia e Colômbia”.

“A exportação crescente da Colômbia, o segundo maior produtor de arábica, na verdade, vem crescendo há vários anos, colhendo as recompensas de um programa de regeneração”.

“Tendo em conta as condições climáticas, juntamente com os níveis de estoque apertado, prevemos um ligeiro aumento nos preços nos próximos meses”.

“O potencial de crescimento, no entanto, é limitado, como qualquer *rally* é provável que seja apenas mais uma cobertura de posições vendidas. As *commodities* como um todo permanecem fora de moda e suprimidas pela força do dólar”.

“Esperamos que a demanda continue melhorando e ajude a remover o café de estoques globais no curto e médio prazo, ajudando a sustentar os preços, assumindo que não há novos choques econômicos significativos atingindo os mercados globais”.

“Os preços do café local no Brasil estão agora se aproximando do custo de produção. O incentivo econômico para seguir práticas adequadas e expandir a produção em muitas áreas também está diminuindo”.

“As condições de *El Niño* podem levar à diminuição da produção e preços mais elevados serem registrados nos próximos meses, e este *rally* poderia continuar em 2017”.



SOCIETE  
GENERALE

Fonte: H.Commeor DTVM - Agrimoney via Notícias Agrícolas (traduzido por Jhonatas Simião)- RC

## Adolfo Ferreira é eleito presidente da BSCA



O Conselho Diretor da BSCA elegeu, em 1º de dezembro, Adolfo Henrique Vieira Ferreira para a presidência da entidade. Membro da quarta geração de uma família cafeicultora e associado desde 2001, ele comandará a principal entidade de cafés especiais do País, até 30 de novembro de 2016, prometendo estender o trabalho voltado a marketing e divulgação dos Cafés do Brasil. “O avanço dessas ações se dará com a continuidade de parcerias com a Apex-Brasil, o Sebrae, nossos associados de todos os setores — produção, exportação, indústria de torrefação e cafeterias — e demais membros da cadeia, buscando sempre agregar mais valor ao nosso café”, destaca.

Adolfo revela que seu trabalho principal será buscar melhores resultados para os membros da Associação, almejando colocar cada vez mais produtores no mercado. Detentor de um perfil sereno e agregador, o novo presidente entende que para ampliar a representatividade dos cafés especiais no Brasil e no mundo é necessário fazer uma ação conjunta com todas as entidades privadas e órgãos dos governos de todas as esferas. “Essa sinergia permitirá a estruturação e o desenvolvimento de um programa único e bem executado, nos moldes do que a BSCA vem fazendo em parceria com a Apex-Brasil, para que tenhamos resultados satisfatórios a todos os segmentos da cadeia café”, explica.



A Edição Especial dos Melhores Cafés de São Paulo - Safra 2015 foi lançada em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, com a presença do governador Geraldo Alckmin que entregou os certificados de melhores cafés gourmet paulistas.

“Desde 1747, quando começou a exportação do café, este ano é a maior exportação e São Paulo se orgulha da qualidade do seu café. O café de São Paulo é uma certificação e a gente fica muito feliz”, disse o governador Geraldo Alckmin.

O presidente da Câmara Setorial do Café, Eduardo Carvalhaes, afirmou que o evento demonstra a pujança do café de São Paulo, cujo principal objetivo é estimular a produção de cafés de qualidade, já que o País, além de maior exportador mundial é também o maior consumidor. Durante o evento, foram entregues os certificados às três empresas que, no mês de novembro, adquiriram os melhores lotes de café de produtores paulistas: a indústria Café Baronesa, que arrematou por R\$ 1.350,00 a saca de café produzida por Rafael Giolo, na Fazenda Olho D'Água, em Pedregulho, e leva o prêmio na categoria Especial; a Café Gran Reserva, que adquiriu pelo valor de R\$ 4.444,44 a saca produzida por Santa Jucy Agroindustrial, na Fazenda Santa Jucy, em Cássia dos Coqueiros; e a Cia. Cacique (Café Granissimo), que arrematou lotes e adquiriu sacas diversas no valor total de R\$ 39.000,00, ganhadora da categoria Diamante.

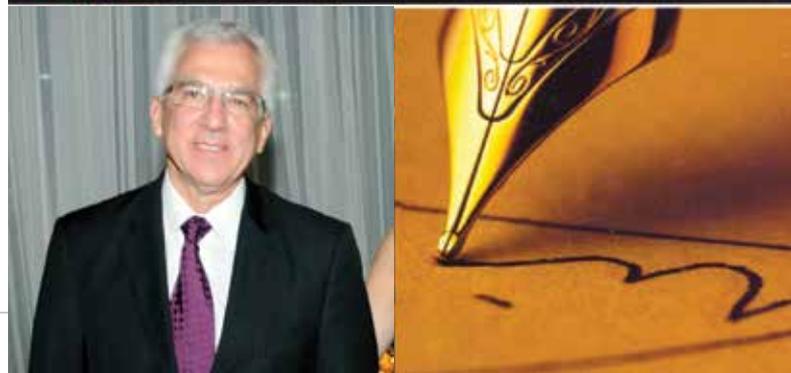
Também foi entregue uma amostra do Café Solidário, produzido pelo Instituto Biológico (IB), da Secretaria, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado. Distribuído em 840 pacotes de 250 gramas cada, o café foi cultivado pelo Instituto no maior cafezal urbano paulista e industrializado pela empresa Morro Grande, e será distribuído para as diversas entidades assistenciais atendidas pelo Fussesp.

## Balcoffee comemora 20 anos de atividades

A BALCOFFEE, uma das mais tradicionais empresas corretoras internacionais, dirigida pelo empresário Frederico Balsemão (foto), completou nos últimos dias 20 anos de atividades. Atuando junto a importantes compradores do café brasileiro nos diversos mercados mundiais, a BALCOFFEE construiu ao longo dos anos um conceito de integridade e seriedade nos negócios que tem contribuído positivamente para ampliar o acesso do café brasileiro. A Revista do Café cumprimenta a equipe da BALCOFFEE pelo seu notável desempenho.



Integrity and Faithful Relationship.



# Nelson Carvalhaes participa do Sintercafé 2015, na Costa Rica



O presidente do Conselho Deliberativo do Cecafé, Nelson Carvalhaes (foto), participou do 29º Sintercafé, tradicional evento dos cafés suaves da América Central, na condição de palestrante. Carvalhaes apresentou a palestra intitulada “A estrutura da produção brasileira de café”. A 29ª edição da Semana Internacional do Café na Costa Rica, Sintercafé, contou com a participação de mais de 500 representantes das maiores empresas envolvidas na produção, beneficiamento, torrefação, exportação e consumo de grãos, reunindo palestrantes e participantes de diversos países, abordando principalmente questões ligadas à mudança climática mundial e as suas consequências na produção de café.

## Café especial: *Cup of Excellence – Naturals 2015* tem 32 vencedores

50

O café produzido por Sebastião Afonso da Silva, na Indicação de Procedência da Mantiqueira de Minas, foi o campeão do principal concurso de grãos naturais do País

Os cafés naturais do Brasil conquistam, a cada ano, o paladar dos principais provadores do mundo. O reflexo mais recente é o resultado do *Cup of Excellence - Naturals 2015*, divulgado em dezembro. Foram 32 vencedores, de cinco origens produtoras — Indicação de Procedência da Mantiqueira de Minas, Sul de Minas Gerais, Matas de Minas Gerais, Média Mogiana (SP) e Indicação de Procedência da Alta Mogiana (SP) —, com o título ficando com Sebastião Afonso da Silva, do Sítio São Sebastião, em Cristina, município da Indicação de Procedência da Mantiqueira de Minas.

Além do produto de Sebastião, merecem destaque os cafés produzidos por Maria Valeria Costa Pereira, na Fazenda Irmãos Pereira, e por Ralph de Castro Junqueira, na Fazenda Kaquend, ambas em Carmo de Minas, também na Indicação de Procedência da Mantiqueira de Minas, segundo e terceiro colocados, respectivamente, e que, juntamente com o campeão, obtiveram notas superiores a 90 pontos, sendo consagrados como cafés presidenciais. Veja, no site da BSCA (<http://bsca.com.br/cup-of-excellence-late-harvest.php?id=28>), a lista com todos os vencedores do *Cup of Excellence - Naturals 2015*, concurso realizado pela BSCA em parceria com a Apex-Brasil, a *Alliance for Coffee Excellence* (ACE), com apoio do Sebrae e auditoria da Safe Trace Café.

Com o excelente resultado alcançado pelos cafés naturais do Brasil no concurso, a expectativa é que os 32 vencedores sejam negociados a excelentes preços no leilão, via internet, que será realizado no dia 2 de fevereiro de 2016. Na edição passada, o produto cultivado pelos irmãos Antônio Márcio e Sebastião Afonso da Silva no Sítio Baixadão, em Cristina (MG), foi arrematado pela *Starbucks Coffee Trading Company* por US\$ 23,80 por libra-peso, quebrando o recorde do certame. Esse lance correspondeu a \*R\$ 9.384 (US\$ 3.148) por cada saca de 60 kg e proporcionou uma arrecadação total para este lote de \*R\$ 144.733 (US\$ 48.552).

\* Dólar a R\$ 2,981, conforme fechamento de 4 de março de 2015.



# Günter Häusler assume direção geral da Stockler

A partir de 2016 a Stockler será dirigida por um novo diretor geral, Günter Häusler assume o cargo em sucessão ao Michael Timm que, após 30 anos de uma carreira de sucesso no segmento café, passa a atuar como consultor internacional para importantes tópicos e membro do Conselho Consultivo da Stockler/Cafeeira.

Günter Häusler iniciou sua carreira em 1995 como aprendiz no Neumann Kaffee Gruppe em 1995, após galgar por várias posições, chegando ao cargo de Diretor Comercial da Stockler em 2003 e Vice Diretor Geral desde Janeiro de 2014.



Michael Timm e Günter Häusler

## Demanda mundial de café maior do que se pensava, segundo o USDA e OIC



Os baixos preços do café podem ter estimulado o aumento mundial do consumo.

O Departamento de Agricultura dos EUA elevou em 583 mil sacas a sua estimativa do consumo no ano para um volume recorde de 148.3 milhões de sacas.

A atualização foi revista a partir de uma expectativa de consumo nos EUA de 24 milhões de sacas, volume recorde, além de uma possível expansão no Japão, quarto consumidor mundial e sinais positivos no mercado europeu.

As mudanças ocorreram horas após a Organização Internacional do Café também ter elevado a sua estimativa para o consumo global no ano passado em 600.000 sacas, situando-a em 149.8 milhão de sacas.

As novas previsões, principalmente quanto ao consumo norte americano, fortaleceram os preços na medida em que prenunciam que os estoques nos EUA devem sofrer reduções maiores.

# Peru e República Democrática do Congo se associarão à OIC

O Diretor-Executivo da OIC, Sr. Robério Oliveira Silva, anunciou que foram concluídos os procedimentos para a adesão do Peru e a ratificação da República Democrática do Congo ao Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007. A integração destes países à Organização é uma vitória pessoal de Robério Silva, que vem se empenhando em aumentar cada vez mais a representatividade da OIC.

Segundo estimativas, a produção de café geral do Peru no ano-safra 2014/15 foi de 2,9 milhões de sacas de 60 kg, com as exportações totais de 2,4 milhões de sacas. A República Democrática de produção total do Congo no mesmo ano-safra foi de 335.000 sacas com as exportações totais em 135.000 sacas.

O AIC 2007, o sétimo desde 1962, foi acordado pelos 77 membros do Conselho Internacional do Café, reunido em Londres em 28 de Setembro de 2007, entrando em vigor definitivamente em fevereiro de 2011, representando 98% da produção mundial e 83% do consumo mundial.

## Paella da Interagrícola

52

Mais uma vez, a Empresa Interagrícola S/A realiza sua confraternização de fim de ano, a famosa e tradicional Paella, sob o comando de Jorge Esteve Jorge. Presentes no encontro, no Santos São Vicente Golf Club, vários empresários do café e da comunidade santista.



## Pesquisa desenvolve café arábica para Amazônia

Após dez anos de pesquisas em melhoramento genético para o café arábica desenvolvidas pela Embrapa Rondônia – instituição participante do Consórcio Pesquisa Café, os resultados da primeira colheita dos experimentos superaram as expectativas. Alguns materiais alcançaram produtividade acima de 30 sacas por hectare nas áreas experimentais instaladas em municípios dos estados de Rondônia e Acre.

Segundo o pesquisador da Embrapa Rondônia, Alessandro Teixeira, são resultados excelentes para uma primeira safra de produção, acima da média nacional, que é de 22 sacas/ha. “A pesquisa com café arábica tem importância para a região, pois atende grande demanda, uma vez que todo o café desse tipo consumido no Norte do País é oriundo de outras regiões produtoras, como Minas Gerais e São Paulo”.

# Espaço infantil foi a atração do Museu do Café para as férias de janeiro

Uma grande estrutura tomou conta do Salão do Pregão com brincadeiras e jogos voltados ao público infantil. O Museu do Café preparou uma super programação para as crianças durante as férias escolares do mês de janeiro. Entre os dias 6 e 31, o equipamento ofereceu aos seus visitantes o espaço Café com Leite, com uma série de jogos educativos, brincadeiras para a família, teatro de fantoches, oficinas, pula-pula, piscina de bolinha e muito mais, com atividades específicas aos finais de semana.



O espaço Café com Leite foi instalado no Salão do Pregão, que, devido às obras de restauro iniciadas no mês de novembro, está sem o mobiliário composto por 81 cadeiras 73 mesas e o vitral do artista Benedito Calixto, que também foi retirado. O local foi adaptado para receber famílias durante o período férias, oferecendo uma experiência lúdica e divertida durante a visita ao Museu do Café.

A programação começou no dia 6 de janeiro e as famílias que visitaram o museu encontraram um espaço repleto de jogos educativos. Aos finais de semana, o espaço Café com Leite trouxe atrações especiais e para todos os gostos, como Contação de Histórias, Teatro de Fantoches, Maratona da Família, Quiz Café e Oficina de Escultura de Balões.



# Projeto Produtor Informado

## Santo Antonio do Jardim/SP

Com a monitoria de Priscila Aparecida Pereira, 09 produtores rurais concluíram o Projeto Produtor Informado, no período noturno no Núcleo de Atendimento à Criança Profª Leocádia Sobolewska Namén. A cerimônia teve a presença de Eduardo Heron Santos e Juliana Buton (CeCafé), José Eraldo Scanavachi, Prefeito Municipal, Ivonete Chiarato Scanavachi, Primeira Dama, Josiane Guido Sueitt, Priscila Aparecida Pereira, monitora.



CRÉDITOS: CINTYA HELENA DA SILVA SOUZA

## Boa Esperança/MG

A Escola Municipal Barro Preto, em Boa Esperança/MG, contando com a colaboração do monitor João Paulo Francisco, formou 10 produtores rurais. Participaram da cerimônia de formatura, Juliana Buton e Daniel Dutra (CeCafé), Secretária de Educação Adriana Figueiredo Reis Lima, Diretora Silvane Masson de Moraes, representante do Prefeito José Roberto Rezende e o presidente da Associação Comunitária Joaquim Donizette da Silva.



CRÉDITOS: MARIANA PRADO FIRMINO



## Andradas/MG

Em Andradas, o projeto desenvolvido pelo Cecafé foi realizado no período noturno pelo monitor Fábio Luiz Gonçalves. A formatura na Escola Daura Dagmar Lobo, no Bairro Várzea do Rigoni, teve a participação de 18 produtores rurais. No evento: Eduardo Heron Santos, Daniel Dutra e Juliana Buton, do Cecafé, Diretora Lindomar de Cássia Lobo Stivanin, Secretária de Educação Elvira Maria Ansani Nogueira, Coordenadora de Cultura, Érika Santicioli de Lima, e os vereadores, Clóvis Augusto de Carvalho e Luiz Augusto Liparini.



CRÉDITOS: CINTYA HELENA DA SILVA SOUZA



CRÉDITOS: CLAUDIA COUTO

## Campos Gerais/MG

O curso de iniciação à informática realizado na Escola Estadual Padre Antonio Vieira pela monitora Maria Isabele Mendonça, em Campos Gerais/MG, resultou na formatura de 07 produtores rurais do Distrito Córrego do Ouro. No encerramento, Juliana Buton e Daniel Dutra (CeCafé), Diretora Edmaura Maria Gonzaga e Vice Diretores Sara Coelho, Maria Aparecida Pereira Mendonça e José Anilton de Oliveira.



CRÉDITOS: ORLANDO ROSARIO DA SILVA



CRÉDITOS: ORLANDO ROSARIO DA SILVA



CRÉDITOS: HYGOR DE OLIVEIRA PINTO



## Ouro Fino/MG

No município de Ouro Fino/MG, o Projeto Produtor Informado esteve presente em duas escolas municipais - Benedito Brás Consentino, no Distrito de São José do Mato Dentro, e Escola Municipal Procópio José Pereira - e na Associação dos Moradores do Bairro Pinhalzinho dos Góes. Ao final de 06 meses de aulas de iniciação à informática, ministradas pelos monitores João Rafael Franceli, José Camilo Silva Júnior e Rodrigo Roberto Louzada, 28 produtores rurais foram formados.

Presentes nos eventos, Juliana Buton e Daniel Dutra (CeCafé), vereadores José Camilo da Silva Júnior e Paulo Luiz Cantuária, defensor público Evandro Luiz dos Santos, Antônio Carlos Franceli, representante do deputado Dalmo Ribeiro Silva, Sebastião Francisco Custódio, Laide Coldibelle, presidente da Associação dos Moradores Mário Aparecido de Abreu, os monitores, alunos e comunidade em geral.



CRÉDITOS: CINTYA HELENA DA SILVA SOUZA



## Série *As 10 mais belas Cafeterias do mundo*

Exterior do Café de La Paix

### *Café de La Paix – Paris França*

Café de *La Paix* – situa-se à praça da Ópera, em ângulo com *Boulevard des Capucines*. Foi projetado pelo mesmo arquiteto que criou o edifício da Ópera de Paris – Charles Garnier. O Café de *La Paix* foi construído no mais puro estilo Napoleão III, no piso térreo de um edifício de luxo *Haussmann*, que agora abriga o Hotel Inter Continental. Entre os frequentadores célebres do Café de *La Paix* no fim



Fachada



do século 19, destacam-se entre outros, Tchaikovski, Massenet, Zola e Maupassant. Também durante a *Belle Époque*, incluíram-se entre os visitantes do Café de *La Paix*, Sergei Diaghilev, e o Príncipe de Gales e então futuro Rei do Reino Unido, Edward VII.

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura  
e Museu do Café apresentam

©/ilumofc



# TRAMA

A indústria  
da sacaria

A exposição "Trama: a indústria da sacaria" por meio de objetos, imagens, textos e da própria juta como elemento cenográfico, mostra o percurso e a contribuição histórica da indústria da sacaria.

EM CARTAZ ATÉ ABRIL



Rua XV de Novembro, 95 - Centro Histórico - Santos - SP  
Tel.: (13) 3213-1750 | Horários: terça a sábado, das 9h às 17h  
Domingos, das 10h às 17h.

Aberto às segundas de dezembro a março  
Sábados com entrada gratuita  
Ingresso: R\$6,00 | [www.museudocafe.org.br](http://www.museudocafe.org.br)

 /museudocafe

Patrocínio



**CASTANHALL**  
COMPANHIA TEXTIL

Realização





# A natureza é incontestável

A tradição de uma empresa também.



**UNICAFÉ**

COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

#### Matriz/Head Office

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675  
Conj. 500 - Enseada do Suá - Vitória-ES  
CEP: 29058-900 • Tel: (55) 27 2123-5858

#### Escritório / Branch - Rio de Janeiro-RJ

Rua São Bento, 8 - 19º andar - Centro  
CEP: 20090-010 • Tel: (55) 21 2159-8989  
e-mail [unicafe@unicafe.com.br](mailto:unicafe@unicafe.com.br)

#### Escritório / Branch - Santos - SP

Rua do Comércio, 41 - Centro  
CEP: 11010-141  
Tel: (55) 13 2102-8787

Londrina-PR



Vitória da Conquista-BA



Varginha-MG



Manhumirim-MG